

ACTA N.º 32
MANDATO 2005/2009

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Centro Cultural de Sobrado, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia: -----
- 2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia. -----

ORDEM DO DIA -----

1. Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2009-06-02 e 2009-06-08 ; -----
- 2 Relatório da Comissão Municipal sobre o Funcionamento do Contrato de Concessão do Estacionamento no Município de Valongo, designadamente uma avaliação do custo benefício – Apreciação; -----
3. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---
- 3.1 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano; -----
- 3.2 Desafecção do Domínio Público de uma parcela de terreno, com área de 1330,00 m2, sita na Rua da Gestosa, freguesia de Campo; -----
4. Eleição de um Representante no Conselho da Comunidade, de acordo com o disposto nos artigos 31º e 32º do Decreto-lei 28/2008, de 22 de Fevereiro; -----
5. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois Elementos, cujos nomes constam da lista de presenças, com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós e os Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Maria José Baptista de Moura Azevedo e António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Marques Oliveira, Manuel Sousa da Silva Cavadas e Ventura de Almeida sendo substituídos, respectivamente, Fernando Oliveira Ribeiro, Idália Moreira Marques e Maria Esmeralda Correia de Carvalho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo respondido à mesma trinta e dois Membros. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

De seguida leu um documento entregue à Mesa da Assembleia pelo Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado, António Fernandes Monteiro, que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** fez a seguinte intervenção: -----

“Quero apenas saudar a população de Sobrado, que acaba de celebrar a sua festa tradicional, e muito concorrida, que eu tive a honra de assistir, e cumprimentar o Senhor Presidente da Junta, todos os Elementos da Junta de Freguesia, bem como da Assembleia de Freguesia, dignos representantes da população de Sobrado. -----

Vou terminar dirigindo a todos, população e seus representantes, as minhas saudações.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu a palavra ao público que pretendesse intervir. -----

O Senhor **Munícipe Augusto Ferreira Bento** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu ia fazer uma intervenção como cidadão de Sobrado, chamar à atenção da Assembleia Municipal. -----

O problema que me traz aqui é o problema dos transportes em sobrado, Sobrado não é servido por nenhuma linha dos STCP, ou qualquer concessionária, Sobrado é o parente pobre, das cinco freguesias de Valongo. Alfena tem serviço de STCP, Campo, Valongo e Ermesinde, Sobrado não. --- Daí que acarreta grandes dificuldades para a população de Sobrado, sabendo que em Sobrado, hoje, escasseia bastante o emprego, 80% da população de Sobrado desloca-se para Valongo/Porto e área do Grande Porto. -----

Os transportes privados, apesar de haver bastantes camionetas, as horas são diversificadas de maneira a não proporcionar um transporte contínuo e rápido para os destinos de trabalho. -----

Tendo em conta tudo isso, o preço dos transportes privados é a dobrar em relação ao serviço público, e afecta os trabalhadores, afecta os estudantes do superior e do secundário que têm que se deslocar, afecta os idosos que não beneficiam dos 50%. -----

Muitos jovens que querem construir a sua vida, mas tendo em conta esta dificuldade não compram casa em sobrado e vão comprar a Valongo, ou arredores. Daí, também, sofre a Freguesia no seu desenvolvimento. -----

Dirijo-me à Assembleia Municipal a fim de ver se encontra uma solução para este problema, com a extensão do 94 a Sobrado ou uma parceria público/privada.” -----

O Senhor **Munícipe António Oliveira** fez a seguinte intervenção: -----

“Há três anos, ou mais, que foi apresentado umas quantas acusações na Quinta dos Muros por causa de uma moradia que foi feita, uma moradia que constava de 8 por 12 e foi feita de 10,5 por 16. -----

Essa moradia tinha um Engenheiro que quando estava em construção demitiu-se, e a obra ficou sem Engenheiro. -----

Ao demitir-se o Engenheiro fez um comunicado à Câmara a dizer que a partir daquela data não tinha mais responsabilidade. -----

A Câmara não tomou as devidas providências e nunca se chegou a ver essa situação. -----

A obra continuou, deu conclusão à obra, a obra está completa, está terminada e agora para cumulo, era uma moradia para duas casas, uma por baixo e outra por cima, fez-se quatro, já lá há umas quantas acusações, tanto de uma parte como de outra de pessoas que vivem aí, e até hoje nada se fez. Esse senhor meteu quatro caseiros ali, estão lá a viver quatro caseiros actualmente, a semana atrás meteram-lhe a água, que é das Águas de Valongo, como fez estou para perceber, se não tem qualquer vistoria da Câmara, não está como está no projecto, de duas passou a quatro, já leva três anos e tal, e nada se fez. -----

Actualmente está a construir quatro garagens, isto é inadmissível. -----

Outra coisa é que um empreiteiro sempre que levanta uma licença tem que levar várias coisas, seguros, alvarás, depois quando é para passar a vistoria o proprietário já não precisa do empreiteiro para nada, é ele próprio que assina, em Paredes não se faz isso, em Paredes o empreiteiro assina e põe o carimbo da firma, aqui não. -----

Aqui não, aqui se faz as coisas e até assinaturas falsificadas para que dê-a aprovação á obra. -----

Só quero lembrar a todos que isto tem que modificar.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação à questão dos transportes eu quero elucidar que os STCP estiveram na Câmara e nós levantamos esses problemas, contudo o que acontece é que todos esses percursos, os diferentes Governos, e nisto não se pode acusar nenhum Governo, porque todos eles actuaram assim, adjudicaram a empresas privadas os respectivos percursos, e por Lei ninguém pode sobrepôr, e ninguém pode ir para esses percursos, salvo se houvesse entendimento entre as empresas. -----

Eu convoquei todas as empresas que trabalham neste Concelho, e tentei que elas chegassem a acordo e nós pudesse-mos gerir esse problema de modo a que os transportes servissem melhor as populações, elas não se entenderam. -----

Quem entrega os percursos é o Governo, só o Governo é que entrega, e que tem jurisdição para entregar percursos às empresas, as Autarquias não têm qualquer poder nesse sentido, podem é reivindicar, fazer força, podem tentar, como nós tentamos que as empresas se entendessem. -----

Mas, quem entrega, e quem adjudica os percursos é o Governo por intermédio da Direcção Geral dos Transportes. -----

Em relação à outra questão que levantou o outro Senhor da Quinta dos Muros, eu quero dizer que não faço ideia nenhuma, não conheço o processo. Mas queria dizer que o urbanismo da Câmara de Valongo foi certificado, por uma empresa de certificação, coisa que poucas Câmara conseguiram, ainda, em Portugal, foi-lhe dada uma certificação que no fundo é uma garantia de qualidade quanto ao funcionamento.” -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** fez a seguinte intervenção: -----

“Só para complementar a intervenção do Senhor Presidente relativamente aos transportes, é de facto como o Senhor Presidente explicou. -----

Só queria acrescentar o seguinte, foi há muito pouco tempo empossada a Autoridade Metropolitana de Transportes, que é um organismo recentemente criado, e que no âmbito das suas competências terá a problemática dos transportes ao nível da Área Metropolitana do Porto. -----

Portanto o que até aqui era competência do Instituto de Mobilidade de Transportes Terrestres, dependente do Ministro, passou há muitíssimo pouco tempo, e as coisas ainda não estão na prática a funcionar, para essa autoridade, cuja Presidente espero que tenha competência, era a Governadora Civil do Porto, foi nomeada Presidente dessa Autoridade, e portanto essa entidade vai ser responsável por essa problemática. -----

O Senhor tem toda a razão, como têm muitos Municípios aqui do Concelho, noutras localidades, inclusivamente em Valongo há localidades que estão a ser mal servidas por transporte, não é só em Sobrado, Ermesinde também, e esperamos que essa Autoridade comece a funcionar para que estas questões que até aqui eram resolvidas em Lisboa, possam ser resolvidas mais próximo dos problemas que as pessoas sentem.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** fez a seguinte intervenção: -----

“Nós criámos uma carreira entre Valongo e Alfena, a Câmara criou uma carreira, e foi multada por isso, e foi obrigada a suspender, porque era ilegal.”

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado Alfredo da Costa Sousa** fez a seguinte intervenção: ----

“Eu vim aqui para solicitar, pedir informações, sobre uma obra que está a acontecer no concelho de Valongo, mais concretamente em Campo, que é a A44, e na zona Alto da Ribeira já cortou um caminho público, já cortou o melhor acesso para o Alto da Ribeira. -----

Um acesso que permite camiões levar mercadorias que de outra forma não vão conseguir chegar aos armazéns, e queria solicitar à Câmara toda a informação disponível sobre essa obra. -----

É importante que a Câmara consiga demonstrar às pessoas que vão ser criadas alternativas, isso está definido por Lei, tem que haver alternativas em determinadas condições. -----

Quero só dizer que o caminho público que está a ser cortado vai impedir o movimento de pessoas que podiam fazer caminhadas a pé de 500 metros para ir a casa de familiares, e vão ter que fazer 5 ou 6 quilómetros. -----

É importante a Câmara, e até a Junta de Freguesia, explicar às pessoas quais são essas alternativas, as pessoas estão indignadas, não conheço o projecto, mas era importante a Câmara demonstrar exactamente que essas alternativas vão ser criadas de forma a que a população não seja prejudicada. -----

Eu sei que o desenvolvimento do País e da nossa região é importante, eu sou a favor do desenvolvimento, mas, também, temos que potenciar o bem-estar das pessoas.” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Exmo. Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado. -----

Quero no seu nome saudar o povo de Sobrado e realçar esta iniciativa da Assembleia Municipal. Iniciativa que visa aproximar os eleitos dos eleitores e ao mesmo tempo prestigiar o Poder Autárquico. -----

Esta iniciativa, por questões do alfabeto, é a última Assembleia Municipal descentralizada deste Mandato. -----

Fiz o povo que por vezes os últimos são os primeiros, na minha opinião, e da CDU, este ditado não se aplica à freguesia de Sobrado. -----

Durante estes quatro anos de Mandato Sobrado foi uma freguesia esquecida pelos responsáveis do Município. -----

Ao analisar-mos os diversos Orçamentos aprovados por este Executivo é fácil verificar que o quinhão destinado a Sobrado foi quase nulo, o que lamentamos. -----

As obras inscritas, poucas, ainda não saíram do papel, pela primeira vez neste Mandato, este ano, foi transferida uma obra do Município para a Freguesia. -----

A Estada Municipal 606 embora tenha sofrido algumas melhorias a sua requalificação está em fase de estudo para apoios abrangidos pela Área Metropolitana do Porto. -----

A Via da Lomba tem tido nos diversos Orçamentos inscritas verbas para o seu projecto mas a obra não se vislumbra. -----

A freguesia de Sobrado está esquecida e precisa de ser lembrada e apoiada, a sua rede de transporte é deficiente e onerosa para a população. -----

Sobrado é a única freguesia da Concelho que não tem transportes públicos e por isso é a freguesia que mais paga para usufruir de transportes. -----

Ao mesmo tempo que a freguesia tem dificuldades de mobilidade o Governo Central ameaça com criação de portagens na A41, dificultando mais a vida à população. -----

Algumas empresas para laborar têm que recorrer a energias alternativas, mais caras e poluentes, pois não tem ligação à EDP, faço lembrar que na outra campanha em 2005 alguém prometeu que este assunto seria rapidamente resolvido. -----

Os industriais estão a deslocar-se para os concelhos vizinhos pois a freguesia não lhes proporciona condições nem os meios. -----

Os mais jovens têm de emigrar para outras freguesias pois não há tecido empresarial que absorva a sua mão-de-obra. Estes mesmos jovens quando querem criar família têm poucas hipóteses de continuar em Sobrado pois temos um PDM limitativo para a construção habitacional na freguesia de Sobrado. -----

O prometido parque de lazer junto aos terrenos da Igreja, e proveniente do protocolo de cedência de terrenos para o Centro de saúde e Centro Social, foi promessa enganosa. -----

Muitos mais problemas existem em Sobrado, mas por escassez de tempo não os posso elencar, esperamos pois que se aprenda com os erros deste mandato, e que os próximos responsáveis autárquicos olhem Sobrado da maneira que esta freguesia merece, da nossa parte tudo iremos tentar fazer para alterar esta situação. -----

Um outro assunto que eu tinha para levantar tem a ver com a freguesia de Campo. -----

Senhor Presidente da Câmara, senhores Membros da assembleia Municipal julgo ser oportuno levantar uma questão que devido à sua importância e urgência de resolução deve merecer a todos nós uma atenção redobrada. ----

Estou a referir-me a construção da nova auto-estrada que vai atravessar Campo, e os seus acessos à Via Distribuidora, quanto sei esta obra vai retirar a freguesia. -----

Defendemos esta obra por ser uma mais valia para a Freguesia e para o Concelho, no entanto esta obra não pode ser feita nas costas da população, e alterando de forma radical a sua mobilidade. -----

Por isso, Senhor Dr. Fernando Melo diga-nos quais as iniciativas que tomou, ou vai tomar para que este crime não aconteça; -----

Diga-nos também quando este projecto foi proposto à Câmara quais os pareceres que esta deu para que as populações do Alto de Ribeiro e Pinheiro Manso, mais conhecido por Lamosas, fiquem defendidas; -----

Diga-nos também que estas populações têm uma ligação viária digna, e pela parte mais central dos lugares afectados; -----

Diga-nos também que tudo vai fazer para que uma parcela do território do Concelho não possa ser retalhada do resto do território concelhio, ficando esta parcela do Concelho a ser terra de ninguém; -----

Senhor Dr. Fernando Melo, as populações do Alto do Ribeiro e do Pinheiro Manso esperam de V. Exa. uma resposta firme às intenções da concessionária e do Ministério que tutela esta obra. -----

Também a CDU espera que hoje V. Exa. responda às questões que lhe colocamos sobre este assunto.” -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** fez a seguinte intervenção: -----

“Antes de mais queria congratular a população de sobrado e dizer-lhes que esta iniciativa foi desenrolada no âmbito da Assembleia Municipal, com intenção clara de aproximar os eleitos dos eleitores, e de proporcionar às pessoas a possibilidade de fazerem estas intervenções sobre questões muito práticas da vossa freguesia. -----

Mas, eu não queria deixar de lhes lançar o desafio de, vencendo esta questão clara que dificulta, das acessibilidades, mas que participem também estes problemas não deviam ser colocados só aqui hoje, mas participem também nas Assembleias Municipais na sede do Concelho, porque é muito importante que vocês dêem esse contributo, e que apresentem lá os vossos problemas.” -----

De seguida fés a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção: -----
“Quero na pessoa do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado saudar toda a população deste terra, bem como todos os autarcas de Sobrado presentes. -----
É para mim uma honra estar em Sobrado, e mais uma vez a oportunidade para enaltecer a iniciativa da Mesa da Assembleia na realização destas Assembleias Municipais descentralizadas. -----
Cada vez mais a população se afasta das actividades politicas, vêem tanta coisa, ouvem tanta coisa, que se desacreditam e se afastam. -----
Estas iniciativas são importantes para que a população se envolva, e volte a acreditar que é possível trabalharmos em conjunto, que é possível estamos unidos em torno dos projectos que são importantes para a nossa terra. -----
Não quero perder a oportunidade de, estando em Sobrado, enaltecer o trabalho desenvolvido por uma pessoa que admiro, e que faz o favor de ser meu amigo, que é o Senhor Presidente da Freguesia de Sobrado, Monteiro. Faço-o aqui nesta Assembleia porque este é o seu último mandato, porque sei que não será mais candidato, e por isso não se trata de Partidos nem se trata de Política, tratasse de prestar homenagem a uma pessoa que deu o melhor de si ao longo de muitos anos. -----
Nesse sentido eu vou propor a esta Assembleia um Voto de Reconhecimento Público, não sei se essa terminóloga existe ou não, mas a ideia aqui fica.” ----
De seguida fez a leitura de um Voto de Reconhecimento Público que se anexa à presente acta como Doc.4. -----
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----
“Queria dar uma saudação especial ao Municípes de Sobrado, através da pessoa do Senhor Presidente de Junta.” -----
De seguida fez a leitura de uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc.5. -----
Leu seguidamente uma Recomendação que se anexa à presente acta como Doc.6. -----
“A última questão que queria pôr neste ponto é o seguinte, que é o resultado de uma reunião com responsáveis da Unidade de Saúde Familiar de Alfena com o BE. -----
A Unidade de Saúde Familiar de Alfena funciona em instalações sem condições, quer para os utentes, quer para os profissionais que ali trabalham, trata-se de um edifício com mais de trinta anos, com evidentes sinais de degradação, e completamente desadequado para a prestação de serviços de saúde. -----
Foi construído para ser um Lar de Idosos e ó posteriormente veio a ser adaptado para acolher o Centro de Saúde. -----
Pela utilização do edifício o Ministério da Saúde suporta o pagamento da avultada renda mensal. -----
Na última década verificou-se um aumento significativo da população na freguesia de Alfena, e que esgotou a capacidade de resposta dos serviços que contam hoje com 13.690 utentes. -----

A falta de consultórios médicos, a inexistência de acessos para pessoas de mobilidade reduzida, e a ausência de elevadores, a reduzida dimensão dos espaços e a degradação em alguns pontos do edifício são algumas das deficiências encontradas. -----

A partir do ano 2006 este serviço passou a funcionar como Unidade de Saúde Familiar, já nessa altura foi reconhecida a necessidade de ter novas instalações que há muito era reclamadas por utentes e profissionais. -----

Realizaram-se então reuniões com técnicos da Direcção Regional de Saúde e da Câmara Municipal, com vista à construção do novo edifício, e a procura de um terreno para o efeito. -----

Acontece que existe projecto e inscrição de verba quer no PIDAC de 2009, quer no QREN, para a construção do novo edifício, mas ainda nenhuma entidade, nomeadamente a Câmara Municipal de Valongo, disponibilizou terreno para o efeito. -----

Situação essa que é tanto mais grave, que se não for encontrado até ao final do ano 2009 para iniciar a execução da obra será perdida a verba de comparticipação já assegurada no QREN. -----

Por estas razões queria fazer três perguntas à Câmara Municipal: -----

Porque razão não foi ainda disponibilizado o terreno para a construção das novas instalações da Unidade Familiar de Alfena? -----

Quais as diligências que a Câmara Municipal está a desenvolver no sentido de arranjar terreno para aquele efeito? -----

Se a Câmara está em condições de garantir que até final de 2009 seja disponibilizado um terreno para a construção das novas instalações?" -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria registar com agrado, finalmente, a separação entre o Poder Deliberativo, a Mesa da Assembleia, e a Vereação, foi preciso chegar a Sobrado para que isto acontecesse, mas lamento que esta separação seja só geográfica, porque na prática, valha nos Deus.” -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a seguinte intervenção: --

“Um especial cumprimento para o Presidente da Junta, acho que o merece o Voto que o Arnaldo aqui apresentou tem toda a justiça, pelo que me vou abster de mais comentários. -----

Apesar de estarmos em Sobrado devido a um assunto, à urgência e à importância desse assunto que tem a ver com outra freguesia, não poderia deixar de vir aqui falar nesse tema. -----

Tem a ver com Valongo, tem a ver com a Junta de Freguesia de Valongo, e com o seu Presidente. -----

Sabendo que o Senhor Presidente não está aqui presente tivemos o cuidado de apresentar esta mesma intervenção na Assembleia de Freguesia de Valongo, que decorre a esta hora, em Valongo, e então esta intervenção também terá lugar lá. -----

O Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Valongo tem como característica não gostar de entrar em confronto com ninguém, gosta de dizer

que não está contra ninguém, dizer isso não basta, sendo que a responsabilidade é uma trave mestra da politica, também o é a verdade, e quando não há verdade há que a repor. -----
O Senhor Presidente da Junta de Valongo tem vindo a fugir à responsabilidade de assumir uma posição relativamente às candidaturas à Câmara Municipal de Valongo. -----
Apareceu este mês num Jornal, se bem que o Jornal é de qualidade duvidosa e tudo menos imparcial, mas não deixa de o Senhor Presidente aparecer nesse Jornal a apoiar de forma clara o candidato Afonso Lobão, nada temos nem poderemos ter quanto a este apoio, mas não podemos aceitar os argumentos utilizados. -----
O Senhor Presidente afirma que a colaboração com a Câmara Municipal é fraca, uma pergunta: -----
Qual foi a última vez que o Senhor Presidente solicitou qualquer tipo de colaboração à Câmara Municipal? Curiosamente, não há muito visto que num laivo de sensatez a Junta de Freguesia solicitou apoio à Câmara Municipal para diversos arruamentos, nomeadamente da travessa Ribeiro Cambado. ---
Qual foi a resposta dada pela Câmara Municipal? Foi uma franca e pronta colaboração, sendo que os arruamentos irão avançar, ora por delegação na Junta de Freguesia de Valongo, ora pela própria Câmara Municipal. -----
Porém na Assembleia Municipal, que é o Fórum privilegiado para solicitar colaboração, ou reivindicar o que quer que seja, o Senhor Presidente mantém um incompreensível silencio. Todos os outros Presidentes de Junta quer sejam do PS, PSD ou Independente, acabam por ter a capacidade de reivindicar, de vir aqui e pedir o que quer que seja à Câmara Municipal, e o Senhor Presidente da Junta de Valongo recusa em fazê-lo. -----
O Presidente da Junta de Valongo não reivindica nada para a nossa freguesia, e depois vem falar em colaboração fraca. Fraca, fraquíssima é esta Junta na reivindicação por algo a esta Câmara Municipal. -----
Eu sou de Valongo e acho que os Presidentes de Junta devem reivindicar, devem ser uma fonte de pressão, e mesmo sendo o Executivo da minha cor custa-me que não haja uma voz activa na Junta de Freguesia de Valongo. ----
Nesse mesmo Jornal o Senhor Presidente fala do cemitério, afirmando que quanto à impossibilidade do seu alargamento, não sabe se: «Se será mesmo a CCDRN, se será a Câmara que não tem dinheiro e está a querer agarrar-se a uma coisa para a não feitura das obras», o Senhor Presidente sabe muito bem o que se passa e não pode tentar atirar areia para os nossos olhos. -----
O que se passa é tão simples, como há uma vistoria obrigatória, que foi elaborada por três entidades, pela CCDRN, por um técnico da Câmara e por um Delegado de Saúde, que veio chumbar esse projecto devido a uma linha de água que passa pelo terreno por onde se queria aumentar o cemitério, e por outra irregularidade do terreno. -----
O Senhor presidente sabe isto e não há justificação nenhuma para tais insinuações. -----
Não é a Câmara Municipal que se quer agarrar a coisa alguma, é o Senhor Presidente da Junta de Valongo que se quer agarrar a esta vistoria para

justificar o facto de estar na Junta de Freguesia há dezasseis anos e esperar até agora para tentar arranjar uma solução para o cemitério. -----

O Senhor Presidente prometeu o alargamento do cemitério há quatro anos e só agora percebe que a ampliação é impossível, e agora, para mim isto é um assunto que interessa ao Município por isso é que o trago aqui, agora quando a margem para o cemitério ser ampliado é quase nula é que o Presidente percebe que não pode ser ampliado o cemitério, sendo que o Senhor Presidente não tem nenhuma alternativa, não apresenta nenhuma alternativa. Por isso é que o PSD não precisa de esperar mais, o PSD tem a solução, o PSD proporá a construção de um novo cemitério no Susão, para ser feito já, e não ser prometido, e prometido, sem resultados à vista, pois foi isso que o Senhor Presidente da Junta fez até agora.” -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** fez a seguinte intervenção: ---
“Queria agradecer ao meu amigo Monteiro o prazer dele estar aqui connosco. A Mesa hoje teve uma correcção como deve ser, porque em Campo não teve esta correcção. -----

Portanto, em Campo correu muito mal, e a Mesa autorizou um Município a fazer um comício na altura que devia ser eu a abrir os trabalhos, desde já Senhora Presidente os meus parabéns. -----

Sobre a A42 que o meu colega Alfredo Sousa disse a A44, é A42, foi aqui levantada a questão, e muito bem, e só estou aqui a intervir porque me desafiaram a vir aqui, já tinha ouvido aqui duas intervenções neste sentido, e como o Alfredo Sousa disse que a Junta deveria dizer alguma coisa eu achei que o deveria fazer. -----

Nós temos estado atentos, mas não temos conseguido resolver o assunto, diplomaticamente, trocando correspondência, não conseguimos lá chegar. ---

A outra semana o Executivo da Junta deliberou pôr lá uma placa que diz o seguinte: «À atenção dos patrões da BRISA este caminho é público», está lá uma placa só se a tirassem, já é um sinal de que vamos tomar uma medida de força, não vamos fazer nenhuma arruaceirice, mas vamos tentar tomar uma medida mais popular até mesmo para chamar à atenção do Poder Central. -----

Quando digo isto, que vamos tomar uma posição, amanhã temos uma Assembleia de Freguesia, e eu pedi ao Senhor Presidente da minha Assembleia para incluir na Ordem de Trabalhos este ponto. -----

Portanto, penso que todos os Partidos envolvidos na Assembleia de Freguesia, e o Executivo da Junta, vão estar atentos para essa situação, estou com alguns problemas, não é os camiões ir descarregar aos armazéns porque eles têm alternativa, o grande problema é que há uma faixa, há muito pouca população naquela zona e nós já sabemos como é, quanto menos gente menos nós se calhar ligamos. -----

Neste campo como são poucas pessoas e não têm feito chegar à Junta grandes reclamações, e eu penso que todos os Partidos já foram lá, nós amanhã iremos discutir este assunto, portanto penso que a Assembleia de Freguesia irá tomar uma posição, como aquelas que tomamos na REFER, tivemos graves problemas com a REFER, fizemos grandes manifestações, e

assim conseguimos que a REFER na altura respeitasse todas as nossas reivindicações. -----

Esta aqui, eu queria chamar à atenção desta Assembleia, porque é uma população desfavorecida, e com muito pouco poder reivindicativo, portanto não só a freguesia terá que estar com a população, com essa pequena faixa de população, mas também se calhar o Concelho e a Câmara Municipal, porque estes assunto deviam ter sido discutidos, mais abertos à população, para a população saber o que é que se estava a passar. -----

Mesmo a Junta de Freguesia não teve grande acesso aos documentos de trabalho, só teve acesso quando as coisas começam a aparecer no terreno, e quando os problemas aparecem.” -----

O Senhor **Deputado Valdemar Costa Machado** fez a seguinte intervenção: -
“Em primeiro lugar quero congratular-me enquanto habitante de Sobrado pelo arranque da limpeza do Rio Ferreira, que vai com certeza aumentar a qualidade de vida da nossa Vila. -----

Em segundo lugar gostaria de solicitar à Câmara Municipal o ponto de situação relativamente à EM606, por ser de vital importância para a acessibilidade da nossa freguesia.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria dizer que em relação aos problemas das empresas de Sobrado a Câmara está trabalhar com alguns empresários, a ver se conseguimos regularizar esta situação das empresas. -----

Eu trouxe cá o director da Direcção de Economia da região Norte, a Sobrado, e não conseguimos resolver nada com ele, agora estamos numa outra via, de uma outra forma a tentar que os próprios empresários se constituam em Associação, posemos os nossos advogados à disposição deles, e estamos a ver se conseguimos ultrapassar essas situações. -----

Em relação ao problema da A41, há alguns problemas que depois o Eng.^o Mário Duarte se irá referir a eles, mas eu queria dizer que a A41 vem beneficiar este Concelho. -----

Se alguns problemas vai trazer, e traz, de qualquer modo não contraria os benefícios que ela comporta. -----

Em relação ao problema do Centro de Saúde de Alfena, eu queria dizer que: Primeiro a Câmara não tem terrenos em Alfena, respondendo ao Senhor Deputado. -----

Segundo quer a Câmara quer a Junta de Freguesia, já várias vezes se dirigiram à Administração Regional de Saúde, tem andado a dialogar, e ambas as instituições têm feito tudo, e esperam vir a conseguir um terreno para o Centro de Saúde. -----

Estou absolutamente convencido que vamos conseguir um terreno para o Centro de Saúde.” -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** fez a seguinte intervenção: -----

“Começando pela A41, confesso que estava a ficar preocupado que não

estava a saber qual era o caminho que ia ser cortado na A44, mas depois percebi que afinal é a A41. -----
A Câmara está atenta, como é óbvio, tal como o Senhor Presidente da Junta de Campo disse, relativamente ao restabelecimento de todos os traçados afectados pela auto-estrada A41. -----
Também é verdade como o Senhor Presidente da Junta de Campo disse que só quando o projecto de execução estava feito é que tiveram conhecimento, a Junta e a Câmara também. -----
A partir desse momento encetamos com a AEDL uma série de troca de correspondência que essencialmente visa de facto, depois de nós analisarmos o projecto, e de ver as implicações que tinha o respectivo traçado no Concelho, fizemos algumas imposições de alteração do projecto, para de facto garantir essas questões. -----
O restabelecimento dos traçados existentes é uma obrigação, neste caso do concessionário AEDL, e é esse diálogo que estamos a travar com essa entidade para salvaguardar os interesses de toda a população afectada. -----
Algumas dessas sugestões, obrigações, que a Câmara endereçou à AEDL, já foram resolvidas em termos de alterações ao projecto, faltam resolver ainda algumas, nós ainda não partimos para aquela segunda fase, como aqui foi dito, que seria uma posição de força, nós ainda acreditamos no procedimento do diálogo que estamos a ter na resolução dos problemas. -----
É um facto, e eu posso assumi-lo, que se não tiver resultados naturalmente teremos que passar para outro tipo de atitude, mas eu estou convencido que não será necessário, até porque o Presidente dessa concessionária a semana passada ele disse-me que durante esta semana a Câmara iria ter uma resposta sobre o último ofício, no qual estão patenteadas algumas das preocupações, entre as quais a que foi aqui referida. -----
Foi falado, também, aqui por mais do que um Deputado, e porque estamos em Sobrado faz todo o sentido, saber o ponto de situação relativamente à Estrada Municipal 606. -----
A Estrada Municipal 606, na última reunião do Executivo Municipal, de Maio, foi aprovado o projecto da Estrada Municipal 606, e foi aprovado com o objectivo imediato que era submeter esse projecto, e naturalmente a consequente execução da obra, a uma candidatura, que entretanto estava aberta, ao abrigo do QREN. -----
Essa candidatura foi apresentada no dia um de Junho, e portanto já está para apreciação, essa candidatura, que o valor global para a Estrada Municipal 606 anda à volta do 3 milhões e 400 mil euros. -----
Portanto para fazer-mos essa candidatura já temos que ter dados concretos, não se trata de ideias, como foi aqui sugerido, ou ventilado, mas já estamos a falar de coisas concretas. -----
Aprovamos o projecto na Câmara, enviamos a candidatura, estará a ser apreciada, e estamos em crer que reunirá todas as condições para ser contemplada no âmbito desse programa comunitário. -----
O projecto da Estrada Municipal 606 vai contemplar, para já vai agarrar-se mais ou menos ao traçado actual, para minimizar-mos os custos de aquisição

de terrenos, vai contemplar nas zonas urbanas de Sobrado e de Alfena passeios, naturalmente o perfil do arruamento melhorado, e vai ter uma ciclovia que também está prevista no projecto, também foi objecto de candidatura. -----

Portanto, é uma requalificação que eu penso é extremamente importante, não só para Sobrado, mas para o Concelho porque faz uma ligação privilegiada entre a freguesia de Sobrado e de Alfena. -----

Como disse vai ter uma ciclovia que é uma mais valia para este tipo de intervenção, e vai ter passeios que é um grande contributo para a segurança dos peões.” -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu gostava de fazer um comentário à Proposta que o BE através do seu Deputado, António Monteiro, fez acerca da semana da mobilidade, gostava de responder aos comentário, não à Proposta. -----

A forma como o Senhor comentou a Proposta eu penso que cometeu alguns erros, é que de facto este tipo de actividades tem ao longo do tempo vindo a perder aderentes, tem havido menos cidades e não mais. -----

Isso fez com que a Câmara ao longo do tempo desse mais atenção à Semana de Mobilidade e menos ao Dia Sem Carros. -----

Este evento iniciou por ser um dia a Cidade Sem Carros, punha-se uma área da cidade onde não circulavam carros, e depois, posteriormente, é que se alargou a outras actividades relacionadas com mobilidade. -----

Como não se pode fazer isto contra as pessoas aqueles comentários a dar ideia que isto é muito bom, e que toda a gente gosta, não é necessariamente assim, nós temos que fazer isto de forma a conseguir atrair as pessoas, e não a repeli-las.” -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Este tipo de comentários influencia logo a Assembleia, porque ainda nem foi posta à votação e aceite pela Assembleia e já estamos a ter comentários. ----

Queria só tecer algumas considerações em relação ao Senhor Presidente da Câmara sobre a Unidade de Saúde Familiar de Alfena. -----

Eu quero fazer lembrar ao Senhor Presidente da Câmara, a Câmara pode não ter terrenos em Alfena, mas o que tem que ter é empenhamento na resolução dos problemas da população de Alfena. -----

A Câmara também teve empenhamento, pelo menos também arranjou terreno em Ermesinde, para o Centro de Saúde de Ermesinde, e as coisas fizeram-se. -----

Em relação àquela questão que eu coloquei, se não for apresentado um terreno para este efeito podem as verbas que estão no PIDAC serem anuladas. -----

Portanto, essa é a grande preocupação, e queria fazer lembrar que é preciso um empenhamento para Alfena como houve para outras situações, a população de Alfena também merece um novo Centro de Saúde.” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Eu pensei que este Período Antes da Ordem do Dia era para os Senhores Membros da Assembleia pôr questões ao Executivo, mas já se põe questões a um Presidente de Junta, acho que se devia ter mais atenção a este tipo de intervenções, que quanto a mim foi a segunda e no meu ponto de vista foi lamentável. -----

Relativamente à auto-estrada que vai atravessar Campo, eu não tenho dúvidas, e já o afirmei, que ela é importante e todos nós devemos debater-nos por ela. -----

Mas, a auto-estrada já foi rasgada, o seu piso já está rasgado, e os caminhos rurais que lá estavam já desapareceram, daquilo tudo que rasgaram a conduta do gás vai ser salve, de resto mais nada foi salvo. -----

A pergunta que eu faço, alguns temos um instrumento, que é o Internet, e vamos lá e marcámos o IC41, e aparece-la uma coisa que é assim, estudos de impacto ambiental, e por incrível que pareça aparece de Gondomar, Oliveira de Azeméis e Espinho, e a Junta de Sanguedo, aparece lá as suas críticas, as suas sugestões, deste lado de cá não aparece nada da Câmara. – Foi ou não apresentado, Câmara Municipal de Valongo, foi ou não feito um pedido de parecer ao impacto ambiental sobre o traçado da A41, porque se formos ver à Internet até tem mais do que um traçado, a Câmara teve que dar um parecer porque até aparece mais do que um traçado. -----

Agora isto é tudo feito sem a Câmara responder na discussão do impacto ambiental? -----

Só chamava à atenção, porque do outro lado aparece a consolidação dos caminhos rurais, em Gondomar no impacto ambiental aparece lá a defesa e a consolidação dos caminhos rurais, porque é que deste lado não aparece nada. -----

O que julgo que está a acontecer, e a proposta que eu julgo ter conhecimento é que estão a empurrar a ligação do Pinheiro Manso para o Alto da Ribeira lá para o fundo junto à A4. -----

Eu julgo que se é essa solução que a Câmara está a negociar com a BRISA, não é a BRISA mas é a BRISA que tem 50% do capital dessa concessionária, por isso é a BRISA, se é isso que a Câmara está a negociar eu acho que está a fazer um mau negócio para a população de Campo.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria começar por jurar que não fui eu roubei a conduta de gás, depois queria dizer que o estudo do impacto ambiental existe, e temos os técnicos a trabalhar com ele, a pronunciarem-se.” -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

“A Câmara foi ouvida no estudo do impacto ambiental, os Departamentos do Ambiente e do urbanismo teceram as considerações ambientais sobre isso, por isso está tudo salvaguardado sob o ponto de vista ambiental.” -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção: -----
“Já foi falado aqui por duas vezes a Unidade de Saúde Familiar de Alfena, e

eu quero dizer que este é um problema que há três anos, três anos e meio, nos aflige. -----

Quando cheguei à Junta de Freguesia aquilo que estava determinado é que a Unidade de Saúde Familiar, ou Centro de Saúde de Alfena, encerrasse e os utentes de Alfena fossem transferidos para o novo Centro de Saúde de Ermesinde. -----

Com a colaboração desta Assembleia que chegou a aprovar uma Moção, e com o empenhamento de todos conseguimos que a Unidade de Saúde Familiar de Alfena não fosse encerrada, e que não fossem os utentes transferidos para Ermesinde. -----

Mas, isso não era solução porque efectivamente as instalações onde está não têm condições. -----

Estive, enquanto Presidente da Junta, com Elementos da Assembleia de Freguesia reunido com o então Deputado, Dr. Manuel Pizarro, que era o responsável pela área de saúde no Norte enquanto Deputado do PS. -----

Foi de uma simpatia tremenda, mostrou uma disponibilidade imediata para ajudar na resolução do problema, disse-nos uma coisa no momento, que eu transmiti à Câmara Municipal, e que a Câmara Municipal no apoiou, foi arranjar um terreno, nós sabemos que não temos obrigação de arranjar um terreno, mas sabemos que a Câmara não tem um terreno em Alfena, e a Junta muito menos. -----

Mas temos um problema muito grave, que é um problema de saúde, porque se as escolas são um problema a saúde também é um problema, se o ensino é um problema, a saúde também o é, se temos preocupações em arranjar terrenos para escolas, também todos nós temos preocupações em arranjar terrenos para o Centro de Saúde, e a Câmara colaborou de imediato na resolução desse problema. -----

Teriam disponibilizado os proprietários da Quinta das Telheiras, teriam disponibilizado um espaço de 2 mil metros quadrados, que estaria incluído num plano de pormenor, que foi apresentado pela Câmara Municipal à CCDRN. -----

Entretanto o aconteceu foi segundo sei, sei porque acompanhei na altura o processo, o plano de pormenor não foi aprovado, foram propostas algumas alterações, não sei qual é o ponto de situação nesta altura, mas sei que no momento ficou em causa a disponibilização, também, desse terreno, que tinha sido até já inclusive indicado ao Ministério da Saúde, ou ARS, como provável terreno. -----

Nós neste momento estamos preocupados porque efectivamente já estava uma verba o ano passado, que mais não seria para a elaboração do projecto, estava uma verba significativa para este ano, e Alfena não pode perder o centro de Saúde. -----

Por isso quero realçar aqui que houve empenhamento e colaboração, permanente, da Câmara Municipal, tanto da parte do Senhor Presidente como do Senhor Eng.º José Luís Pinto, na procura, no falar com os proprietários, de ser incluído no plano de pormenor, mas efectivamente as coisas não estão a correr nada bem. -----

Mas uma coisa é certa temos todos que nos empenhar para que efectivamente o dinheiro não se perca, porque Alfena não pode perder o novo Centro de Saúde.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----

“Dado que já excedemos o nosso tempo para este período, e temos aqui ainda Propostas, Moções e Recomendações e o Voto de Reconhecimento, para votar, faríamos esta continuação no Período Pós Ordem do Dia.” -----

De seguida colocou à discussão a acta da reunião do dia 2009-06-02, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado À votação e aprovado por maioria com vinte e nove votos a favor e três abstenções em virtude dos Deputados não terem estado presentes na referida reunião. -----

Seguidamente colocou à discussão a acta da reunião do dia 2009-06-08, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor e cinco abstenções em virtude dos Deputados não terem estado presentes na referida reunião. -----

Seguidamente colocou à apreciação o ponto 2 Relatório da Comissão Municipal sobre o Funcionamento do Contrato de Concessão do Parqueamento no Município de Valongo, designadamente uma avaliação do custo benefício – Apreciação; -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** fez a seguinte intervenção: -----

“Sei que não estou a responder a questões postas pelos Deputados, mas uma vez que o relatório fala no meu nome, eu queria sugerir que a redacção deste parágrafo fosse alterada, que a sua leitura pode induzir em erro as pessoas que não foi esta a verdade dos factos. -----

Ou seja, no que diz aqui que eu não compareci, dá a ideia que eu me recusei a comparecer a esta reunião o que não é verdade, simplesmente perguntei à Senhora Presidente da Assembleia Municipal qual seria o âmbito da reunião.

O âmbito da reunião ao que me foi dito era para prestar alguns esclarecimentos, exclusivamente sobre assuntos de procedimentos à fiscalização dos parómetros. -----

O que eu, naturalmente, disse que era só esse o âmbito da reunião, que eu não estava habilitado a responder, porque os assuntos de procedimento da fiscalização não são comigo, nem eu estaria à vontade para responder a essas questões, e sendo assim, se era só esse o âmbito da reunião, e eram só essas as questões que iam ser formuladas eu poderia lá ir mas naturalmente não ia ajudar muito ao esclarecimento da situação. -----

Portanto, queria fazer este esclarecimento porque de facto foi isso que sucedeu, e a leitura deste parágrafo, pelo menos a mim que sei como se passaram as coisas, não me parece responder exactamente à verdade, porque deixa aqui no ar. -----

Primeiro que eu desrespeitei uma ordem do senhor Presidente, o que não é

verdade, disse ao Senhor Presidente que ia, e era uma ordem do senhor Presidente tinha que a cumprir, nem eu fiz qualquer objecção a isso. -----
Depois dá a ideia de que eu me recusei a ir prestar declarações, quando não é verdade, quando eu manifestei a minha total disponibilidade para esclarecer todo o assunto relativamente aos parçómetros, com excepção, naturalmente, de questões mais técnicas com as quais eu não estava familiarizado. -----

Da minha parte o que eu solicitava era se este parágrafo mais correctamente transcrito, da minha parte ficaria agradado com isso.” -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: -----
“Em primeiro lugar e referindo concretamente à intervenção do Senhor Vereador Mário Duarte, é minha opinião que não há nada a mudar. -----
Porque, o que está aqui está claro e segundo me parece traduz exactamente aquilo que o Senhor disse; «todavia este Vereador informou que não estava habilitado a prestar quaisquer informações, para de não ser matéria do seu pelouro, e por isso não compareceu perante a Comissão», parece-me que isto traduz exactamente aquilo que o Senhor disse. -----

É a primeira vez que eu participo numa Comissão eleita pelo Assembleia Municipal, e devo dizer que a experiência foi péssima, para não dizer desoladora. -----

Esta Comissão foi encarregada de fazer uma análise do Funcionamento do Contrato de Concessão do Parqueamento no Município de Valongo, designadamente uma avaliação do custo benefício, para isso precisava de algumas informações indispensáveis para executar cabalmente este trabalho. Todavia deparou com dificuldades que vieram da Câmara, porque a Câmara a perguntas concretas que lhe fizemos e elementos que deviam ser fornecidos, disse pura e simplesmente que não era possível apurar o número de horas gasto por fiscais municipais, na fiscalização do estacionamento de duração limitada, alegando que tal tarefa é efectuada a par da realização de outros serviços atribuídos ao serviço de fiscalização e policia. -----

Mesmo admitindo que isto é verdade, ou melhor que é tristemente verdade, que a Câmara não sabe qual é a ocupação dos fiscais, lamentamos profundamente que a Câmara tenha chegado a esta situação. -----

Por outro lado pediu-se à Câmara, e foi a Comissão que pediu, que perante a incapacidade da Câmara de dar a informação, a que eu já me referi, que fosse ouvido o responsável pela fiscalização do estacionamento, a Câmara disse que não era ele que ia, mas sim um Vereador. -----

Ora a Comissão é que sabe quem tem que ouvir, e quem deve ouvir, é assim que funciona qualquer Comissão, em qualquer instituição politica do País. ----

Vamos admitir que uma Comissão da Assembleia da República pedia ao Governo para ir à Assembleia da República prestar informações um Secretário de Estado, e o Ministro dizia simplesmente não é ele que vai, vai outro, um técnico, quem é que tem autoridade para decidir, mesmo que seja o Senhor Presidente da Câmara, para decidir quem vai prestar declarações a uma Comissão. -----

Por outro lado, não sei se foi de propósito se não, foi nomeado um Vereador que não estava habilitado, como aqui confessou, a prestar as informações solicitadas, e que eram importantes. -----

Há ainda a registar o procedimento da empresa concessionária do estacionamento, a quem foi solicitado o Balanço e a Demonstração de Resultados, dos anos 2006, 2007 e 2008, e a resposta foi esta, relativamente ao ano 2008 só em Junho é que podemos enviar, mas de 2006 e 2007 não enviou nada, e mesmo relativamente ao ano de 2008, bem nos podia ter enviado porque as contas encerram no dia 31 de Março, no dia 31 de Março estão apurados os resultados de exploração dos parcómetros. Portanto se não enviou, e não sei se nisto houve ou não conluio da Câmara, fez muito mal. -----

Na penúltima Assembleia Municipal foi dito por um Deputado do PSD que a Câmara sempre pugnou, e pugnará, pela lisura e transparência na decisão de qualquer projecto, ou de qualquer processo, são palavras textuais afirmadas nessa Assembleia Municipal. -----

Ora, se é assim, se é desta forma que a Câmara pugna pela lisura e transparência, não sei o que se poderá chamar se estivesse empenhada em fazê-lo. -----

A Comissão decidiu, ainda, que o comportamento da Câmara e da Empresa Concessionária, seria participado à Inspeção Geral da Administração Local, o PS requer desde já que lhe seja fornecida cópia do cumprimento dessa decisão, e do comprovativo de que a participação e relatório foram Recebidos pela Inspeção Geral da Administração Local.” -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Sobre esta questão, antes de mais, apesar de tudo, felicitar o trabalho dos Membros desta Comissão. -----

Esta Comissão, para aqueles que não conhecem a história, teve um parto difícil, mas teve um parto, e eu lembro-me, recordo-me, porque fui uma das pessoas que propus e me debati pela sua criação, lembro-me que havia dúvidas sobre a sua necessidade. -----

Este texto demonstra que não haviam, continuam, e são cada vez mais as dúvidas sobre este assunto. -----

Mas eu não pedi a palavra para no fundo destacar aquilo que já foi dito de outra forma pelo meu colega de bancada. -----

Eu vinha aqui porque queria fazer uma intervenção, colocar uma questão à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, porque, sejamos claros, eu estava espera, eu recebi o Relatório, tem aqui a assinatura da Senhora Presidente da Assembleia e dos restantes Membros, mas eu esperava mais, eu esperava uma posição de Senhora Presidente da Assembleia Municipal diferente, ou pelo menos esperava uma posição, e nenhum de nós ouviu, ainda, a posição da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Porque é que eu lhe estou a pedir isto, é que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e eu recordo aquilo que disse quando foi aprovada a

constituição desta Comissão, foi a primeira defensora da investigação exactamente desta questão da concessão do estacionamento. -----
Portanto, reforçado, eu podia aqui lembrar o que diz o Regimento, o o que diz o Regimento é exactamente o diz a Lei, a Presidente da Assembleia Municipal, deste Município ou de outro, tem uma responsabilidade acrescida, não é bem igual à nossa, é acrescida de pugnar pela legalidade, de pugnar pelo acesso à informação. -----

Este Relatório que tem a assinatura da Senhora Presidente, e eu gostava de lhe colocar questões, mas eu só posso em boa verdade desenvolver o meu raciocínio se lhe perguntar, necessito perceber o que é que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal perante este documento e a gravidade deste documento, basicamente este documento o que diz é que houve sonegação de informação, obviamente que sem informação ninguém pode fazer um Relatório, perante esta situação, e tendo em conta, e bem presente, aquilo que são as suas competências, que a Lei lhe concede, o que é que a Senhora Presidente vai propor? Para além do que está aqui referido de participar á IGAL, até porque nós estamos aqui segundo o Regimento, estaremos no art.º 6º alínea h): apreciar a recusa por acção, ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da Câmara Municipal, ou dos seus Membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização, isto é o que diz o Regimento. -----

Portanto eu termino por aqui, mas fazendo uma pergunta à Senhora Presidente, o que é que vai propor a esta Assembleia, se é que vai propor alguma coisa.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu posso responder ao Senhor Deputado, eu estava nesta Comissão não como função de Presidente da Assembleia, mas como um Elemento desta Assembleia Municipal, como Elemento Independente integrei esta Comissão, aliás que era formada exactamente por um Elemento de cada força política com assento na Assembleia Municipal. -----

Este Relatório foi redigido e foi aprovado por unanimidade na própria Comissão, e foi nesse papel que eu estive na Comissão, e não como Presidente da Assembleia Municipal.” -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“O Relatório está aí, ele é unânime pelos Membros da Comissão, e não há muito a falar sobre isso, portanto temos que tirar as conclusões desse mesmo Relatório. -----

Quanto à questão que o Senhor Vereador coloca eu penso que no Relatório está correcto, de facto o Senhor Vereador informou, telefonicamente, que não tinha elementos sobre aquela matéria para explicar à Comissão, portanto é isso que está no Relatório, não há aqui qualquer segunda intenção em acusar o Senhor Vereador de se refugiar à situação, mas é descrever de facto a realidade, portanto, que é a informação que nos chegou através da Senhor Presidente. -----

No entanto queria deixar aqui bem claro a posição do BE sobre isto, muito rapidamente. -----

Os trabalhos desta Comissão não chegaram ao objectivo porque esbarramos contra a actuação inaceitável do Executivo Camarário, este em vez de fornecer a tempo e horas os elementos que a Comissão julgou necessários para o cabal desempenho do seu objecto. -----

A Câmara Municipal demonstrou um desrespeito por esta Assembleia, situação que tem que merecer a nossa viva condenação. -----

Também por parte da concessionária deparamos com má vontade em disponibilizar os elementos solicitados. -----

Pode, assim, concluir-se que há entidades públicas e privadas que ainda não entenderam, após mais de 30 anos do Poder Local Democrático, que a Assembleia Municipal é o primeiro Órgão do Município com competências, e atribuições, muito vastas entre as quais a de acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara Municipal, e dos serviços e empresas municipais.” –

O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“O Senhor Deputado José Manuel Ribeiro quis felicitar os Membros que pertencem à Comissão, da minha parte muito obrigado, mas não trem que felicitar porque, de facto, a Comissão como disse o deputado Casimiro não resultou muito, julgo até que em parte não teve alguma competência para a resolução dos objectivos a que se propôs. -----

Os objectivos de quem propôs esta Comissão é de facto provar que haveria aqui algum mau negócio, alguma coisa mal elaborada pela Câmara Municipal, e talvez se fossemos a aprofundar podíamos vir a provar o contrário. -----

De facto a obra está feita, os Municípes estão a utilizar as obras que foram efectuadas e com poucos custos, ou de uma forma mais aligeirada dos custos para a Câmara. -----

Durante a discussão houve interpretações diversas, nomeadamente aqui, que o Deputado Casimiro tem, acusa a Câmara de não saber qual a actividade dos fiscais, a Câmara não disse que não sabia qual era a actividade dos fiscais, disse que sabe qual é actividade dos fiscais, disse é que não diferenciava as horas de dava para qualquer actividade. -----

Também pôs aqui em causa, e na altura tinha chamado à atenção quanto à palavra do senhor Vereador, o Senhor tem provas de que o Senhor Vereador disse o contrário? Eu próprio disse na altura que não sei o que o Senhor Vereador tinha dito, disseram-me o que ele tinha dito, agora não tenho provas, não tive documento nenhum em que ele se tenha sonogado a ir à Comissão, mas ele nunca se negou a ir à Comissão. -----

Quanto aos Relatórios da empresa, não é estar a defender a empresa, agora foi concordado unanimemente que iríamos aguardar, também pelo Relatório d Contas e pelo Balanço de 2008, não insistimos para que de facto não estando pronto o de 2008 nos fosse apresentado o de 2006 e 2007. -----

Houve alguma incompetência desta Comissão.” -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu na altura da constituição desta Comissão votei contra, porque efectivamente já sabia que isto ia acabar assim, aqui ninguém pretende chegar a nenhuma conclusão, isto é um problema político, e um problema político não se resolve buscando questões técnicas. -----
Sejam quais forem as questões técnicas as conclusões iam ser sempre para uns foi um bom negócio, para outros foi um mau negócio, e andamos nós aqui a gastar o dinheiro público com a constituição de uma Comissão. -----
Eu tinha a noção de que isto ia acabar assim, e por isso é que votei contra a constituição da Comissão, estamos aqui com um papel político, e não com um papel técnico, e aquilo que nos quiseram atribuir foi a realização de um papel técnico. -----
Se efectivamente queríamos realizar este estudo tínhamos solicitado à Câmara Municipal que uma entidade independente o tivesse feito, e com certeza tinha ficado mais barato do que custou esta Comissão ao erário público, é pena que as coisas sejam assim mas esta é a realidade.” -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----
“Primeiro queria clarificar algumas questões que foram postas aqui para sabermos qual o papel que nós todos desempenhamos. -----
Primeiro esta Comissão foi formada no âmbito da Assembleia Municipal, e fez a sua primeira reunião, e na sua primeira reunião estabelece a metodologia de trabalho e elege o Presidente dessa Comissão. -----
Eu propus nessa primeira reunião que o Presidente dessa Comissão fosse o Elemento do PS, porque é o Partido mais votado nesta Assembleia Municipal, por acaso o senhor Deputado Carlos Poças propôs a Presidente da Assembleia Municipal para presidir a esta Comissão. -----
Ora se alguém se quer assumir como Presidente tem que assumir mais responsabilidades, por isso a questão que o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro levantou tem alguma razão de ser, por dois motivos: -----
É que a pessoa não era só Presidente da Comissão, mas também não deixou de ser Presidente da Assembleia Municipal, onde aquilo que o Senhor Deputado José Manuel ribeiro leu sobre o Regimento, mesmo essa pessoa não fazendo parte da Comissão, devia pugnar pelo cumprimento desse artigo do Regimento. -----
Relativamente à afirmações que foram ditas, ou não foram ditas, pelo Senhor Vereador Mário Duarte, aquilo que eu lhe posso afirmar é que a pessoa que presidia a esta Comissão é que fazia os contactos, redigia os documentos, e estabelecia os contactos, para isso é que presidia a essa Comissão. -----
Aquilo que foi transmitido numa reunião foi aquilo que foi transcrito, não para o Relatório, foi transcrito para a acta dessa reunião, e depois foi transcrito para o Relatório, por isso nós demos como verdade aquilo que numa reunião dos Elementos da Comissão, a Senhora Presidente da Comissão comunicou aos Membros, demos isso por verdade, e aprovamos a acta, se acha que não foi isso que disse acho que deve redimir, mas aquilo que foi dito, e que está em acta é esta realidade. -----
Como isso é um assunto que eu sei é do pelouro do senhor Presidente da Câmara, a gente esperava que o senhor Presidente da Câmara aparecesse

para discutir isto. Eu faço lembrar aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que quando foi para discutir a alteração da concessão o Senhor Presidente apareceu junto da Comissão dos Grupos Municipais e participou na reunião, esteve lá o Senhor Vereador, também esteve lá o Senhor Presidente da Câmara, por isso é uma pessoa habilitada para discutir isso. --- Quando foi para prolongar o prazo da concessão dos parquímetros o Senhor Presidente da Câmara esteve presente, por isso é pessoa que, não tenho dúvidas, para discutir o assunto, faltou e não devia ter faltado às perguntas dessa Comissão. -----

Relativamente aos casos concretos da Comissão, esta Comissão foi feita a partir de uma intervenção que eu fiz, em Fevereiro, onde eu afirmei, afirmei em Fevereiro, e hoje afirmo outra vez, o Senhor Presidente da Câmara não desmentiu aquilo que eu afirmei em Fevereiro, em que eu disse o negócio que a Câmara fez com a concessão dos parquímetros foi um mau negócio para a Câmara. -----

Aquilo que eu disse é que: a despesa anual que a Câmara tem para fiscalizar, e só estava a meter o vencimento, não estava a meter seguros, não estava a meter outras coisas que a Câmara tem que pagar a esse funcionários, afirmei que por ano a Câmara com este negócio, e só estou a falar dos parquímetros, tem um prejuízo de 64.040 mil euros, foi isto que afirmei em Fevereiro, e foi isso que despoletou a Comissão. -----

Por isso eu hoje volto a reafirmar, porque devido à sonegação de informação que o Senhor Presidente da Câmara não quis prestar a esta Comissão, e a própria empresa que também se recusou a apresentar contas, é aquilo que eu afirmo em Fevereiro volto a afirmar. -----

Tem toda a razão de ser a afirmação que eu fiz em Fevereiro, o negócio no meu ponto de vista e no ponto de vista da CDU que a Câmara fez com a concessão dos parquímetros, foi um mau negócio para a Câmara, foi um mau negócio para o erário público, é a minha posição, é a posição da CDU. -----

Relativamente à empresa, quase que adivinho porque é que a empresa não quer apresentar o Balanço e Contas, porque a empresa o que vai apresentar não vai apresentar só esta fracção, onde eu já consegui apurar de um prejuízo da Câmara de 64 mil 040 euros, vai ter que apresentar todos os lucros que tem sobre o café da esplanada, em Valongo, e sobre os edifícios que tem no parque em Ermesinde, depois com esse bolo todo apurado nós íamos ver então que o negócio foi muito mais desastroso do que aquele que eu aponte em Fevereiro. -----

Por isso, aquilo que eu tenho a lamentar, fui uma das pessoas que propus o fim desta Comissão, porque a Assembleia Municipal deu três meses a esta Comissão para funcionar, e os três meses esgotaram-se, não valia mais andarmos aqui a empalar, eu percebi bem a estratégia do Senhor Presidente da Câmara, percebi bem porque há coisas que é melhor continuar no segredo dos deuses, mas um dia a gente vai saber a história toda, e depois quando a gente souber a história toda, talvez, se calhar é tarde, porque entretanto o erário público continua a ser desbaratado, e a Câmara

tem dificuldades financeiras, pois tinha aqui uma boa receita para acorrer a muitas questões.” -----

O Senhor **Deputado José Manuel Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Já se percebeu que afinal a Senhor Presidente até era Presidente da Comissão que fez este trabalho, e portanto estou esclarecido. -----

Queria aqui deixar ficar uma breve mensagem, dizer o seguinte, já o disse na altura, e a propósito de outras Comissões similares. -----

E bom que as pessoas não se esqueçam, que esta dívida de que os que fazem as revoluções, os que constroem revoluções, aqui e no mundo, de dar voz ao povo, dar poder de volta ao povo, criar Órgãos, Órgãos como este, é algo que nós devemos valorizar, e não desvalorizar. -----

O que está no regimento é directamente retirado da Lei, é uma competência de qualquer Assembleia constituir Comissões, portanto eu não vejo qual é o interesse em desvalorizar permanentemente, é que já aconteceu noutras Assembleias, eu penso que não devemos ir por aí, é uma má opção, pode servir no momento em que estamos ligados ao poder, ou beneficiamos do poder, mas não serve seguramente quando não estamos nessa situação, por isso mesmo é que existe esse poder. -----

O poder que os eleitores nos dão quando nos elegem para estar aqui, é exactamente para fazermos a fiscalização da acção do poder executivo, é o que está na Lei, as Assembleias existem, existem aqui ou nas Associações de base, para fiscalizar a forma como aqueles que dirigem os Órgãos Executivos, dirigem exactamente o organismo, como é que gastam o dinheiro, como é que afectam os recursos, é para isso que existem estes Órgãos. -----

Portanto acho que é uma má opção passar-mos a vida a desvaloriza-los, e não entremos também na questão dos custos, porque se não nem havia eleições, porque só o facto de existir eleições custa dinheiro, isso também é um mau caminho. -----

Em relação à Câmara, eu também não vou dizer muito à Câmara, acho que o povo dentro de pouco tempo vai voltar a pronunciar-se, eu tenho pena que, e nem compreendo, porque é que a Câmara Municipal a menos de três meses das eleições, e o Senhor Presidente em particular, não se empenhou verdadeiramente em dar um sinal de transparência. -----

Pelo que nós lemos aqui neste Relatório o seu empenhamento nesse sentido foi zero, é uma opção sua, o Senhor Presidente faz o que quer, mas eu acho que é um mau sinal, quem não deve não teme, para que não existam dúvidas. -----

Eu lembro, quando discutimos aqui a constituição desta Comissão, recordo-me quer da intervenção do Deputado Deolindo Caetano, que da intervenção do Deputado do BE, quer dos restantes Membros desta Assembleia, ninguém duvidou, o que nós queríamos era saber mais, nós queríamos ser mais informados, não ficamos mais informados. -----

Para terminar dirijo-me à Senhora Presidente, provavelmente esta é a penúltima, ou antepenúltima reunião da Assembleia Municipal, para lhe dizer o seguinte: -----

Eu vou muitas vezes ler a sua mensagem no site da Câmara Municipal, a Senhor Presidente tem uma frase muito simpática no site da Câmara Municipal, uma citação de Cícero, uma grande figura, clássica, em que diz: “Aquele planta árvores que não são úteis a uma outra geração”. -----

Eu confesso, sobre este assunto e pelo que já foi referido estou um pouco e fiquei um pouco desiludido, bem sei que a Senhora Presidente não contava de ser Presidente, mas foi Presidente, mas eu deixava-lhe uma frase, deixava-lhe um pensamento para sua reflexão, de um pensador nosso, o Padre António Vieira, que fala na cegueira de olhos abertos: «A cegueira que cega cerrando os olhos, não é a maior cegueira; a que cega deixando os olhos abertos, essa é a mais cega de todas: e tal era a dos Escribas e Fariseus. Homens com os olhos abertos e cegos. Com olhos abertos, porque, como letrados, liam as Escrituras e entendiam os Profetas; e cegos, porque vendo cumpridas as profecias, não viam nem conheciam o profetizado. Esta mesma cegueira de olhos abertos divide-se em três espécies de cegueira ou, falando medicamente, em cegueira da primeira, da segunda, e da terceira espécie. A primeira é de cegos, que vêem e não vêem juntamente; a segunda de cegos que vêem uma coisa por outra; a terceira de cegos que vendo o demais, só a sua cegueira não vêem».” -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“Essa acusação à Senhora presidente acho que devia ter um pouco mais de respeito pela Presidente da Assembleia. -----

Só para reafirmar aqui as palavras do Deolindo Caetano, de facto a Comissão não adianta nem vale nada, ninguém lhe retira da ideia que de facto foi um mau negócio, ou foi bom negócio. -----

Eu também posso vir aqui vincadamente também dizer que foi um bom negócio, a obra está feita, não se gastou dinheiro aos Municípios, e estão a usufruir dele. -----

O Senhor só vê as receitas, não sabe que para obter receitas é preciso investir, o Senhor não perguntou, sabe qual foi o investimento lá feito? Pense nisso por favor e não atire coisas para o ar quando foi Membro de uma Comissão, analisou e sabe que de facto que se calhar, se fossemos até ao fim, iríamos provar que a Câmara fez um bom negócio.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----

“De facto pôr uma lente é uma das terminologias que nós nas ciências sociais usamos muito, é ver a realidade com outras lentes. -----

Para já uma das lentes que eu pus para ler aqui o nosso Regimento é que, a alínea que o senhor Deputado referiu é uma das competências da Assembleia Municipal, não da Presidente, mas da Assembleia da qual eu também faço parte, que é de facto o de apreciar a recusa por acção ou omissão. -----

Por tanto é uma competência de todos nós aqui presentes, apreciar-mos as recusas das informações que nos são sonegadas, quando elas são pedidas.

Outra informação que eu queria aqui prestar, até para completar um pouco as palavras do senhor Vereador. -----

De facto no contacto que nós tivemos o Senhor Vereador afirmou o que está aqui, e penso que depois também o confirmou com as suas palavras. -----

No final da conversa eu sugeri ao Senhor Vereador, fiz uma pergunta, porque não vir o Senhor Vereador e a pessoa responsável pela fiscalização. Ao qual o Senhor Vereador respondeu que ia colocar essa questão ao Senhor Presidente da Câmara e depois me diria alguma coisa. -----

De facto o tempo não foi muito, entre a nossa conversa e a realização desta reunião da Comissão, e a reunião deu-se e não tive resposta, como disse na Comissão, do Senhor Vereador e por isso também não compareceu e não falamos mais sobre este assunto.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria dizer que enquanto eu for Presidente da Câmara, nenhum funcionário será por mim obrigado a responder presencialmente perante um Órgão Político. -----

Respondo por escrito como faço, por exemplo, com as perguntas que são postas pela Assembleia da República, respondo por escrito, presencialmente não, não vou nunca obrigar nenhum funcionário a fazê-lo. -----

Enquanto eu for Presidente da Câmara não pensem que me vão obrigar algum dia a pôr essa questão a um funcionário da Câmara, respondo por escrito, portanto as perguntas serão postas por escrito, é assim que se processa normalmente o relacionamento entre Órgãos Institucionais, e funcionários das Autarquias. -----

Quanto ao resto que foi para aqui dito a Câmara está perfeitamente disponível para ser apreciada por qualquer Órgão Judicial, e tem sido regularmente apreciada, quer pelo Ministério das Finanças, aos seus diferentes níveis, que de muitas outras formas. -----

Portanto, eu estou perfeitamente à vontade, peçam um inquérito, e vão ver o que isso vai dar, os Senhores ficavam mal, saíam-se mal, somos gente séria, os Senhores se calhar não estão habituados a lidar assim.” -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** fez a seguinte intervenção: -----

“Foi por mais do que um Elemento da Assembleia, os Deputados do PS, e o deputado José Deolindo Caetano, deixado no ar que a Câmara sonegou informação, isso é mentira, eu vou provar porquê. -----

A Câmara em resposta ao ofício da Senhora Presidente da Assembleia, o qual foi feito em função do que a Comissão estava a sugerir que a Câmara enviasse, enviou os seguintes documentos, à Comissão: -----

«Na sequência da comunicação 13/AM/2009, de 19 de Março, isto foi enviado no dia 9 de Abril, remeto cópias dos seguintes documentos: -----

Escritura de constituição de direito de superfície sobre um terreno municipal destinado à construção de um parque de estacionamento para viaturas ligeiras e cafetaria com esplanada na freguesia de Valongo; escritura do contrato de concessão do fornecimento, instalação e exploração de

parcómetros colectivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Valongo, escritura de constituição do direito de superfície sobre um terreno municipal destinado à construção do parque de estacionamento para viaturas ligeiras na freguesia de Ermesinde, escritura do contrato de concessão do fornecimento, instalação e exploração de parcómetros colectivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Ermesinde, bem como respectivas escrituras de alteração. -----

Remete-se, ainda, cópia do estudo de viabilidade económico-financeira, elaborado pelo Senhor Dr. Jorge Alberto Viseu Iglésias, que diga-se é uma entidade externa da Câmara.» -----

Foi informado o vencimento dos fiscais, foram informadas as receitas de 2006, 2007 e 2008, e depois dizemos que relativamente à demonstração de resultados, balanços e custos, informo V. Exa. que esta Câmara Municipal não dispõe de tais documentos, pelos que os mesmos vão ser solicitados à empresa concessionária. -----

Portanto, tirando a empresa concessionária, que naturalmente por ser uma empresa privada nós não temos autoridade sobre ela, tirando os documentos que a Comissão solicitou à empresa, e que porventura não terão sido entregues, os documentos que foram solicitados à Câmara foram todos entregues. -----

As informações que pediram relativamente aos fiscais, vencimento, quantas horas perdiam, foi respondido que não se podia ceder essa resposta em concreto, e posso explicar porquê, todos os elementos que foram pedidos à Câmara foram fornecidos, não há aqui sonegação de informação nenhuma. – Agora deixem-me dizer uma coisa, eu sei qual era o resultado deste relatório, porque se a Comissão e os Membros da Comissão perderam algum tempo a ler o Relatório Financeiro, que foi entregue á Comissão, que era feito por um economista independente, não tem nada a ver com a Câmara, foram enviados os estudos da empresa, mas se tivessem perdido algum tempo a ler esses documentos, eu já sei qual era a conclusão do Relatório, era que tinha sido um bom negócio para a Câmara, mas politicamente vocês não iam dizer isso. -----

Agora digo-vos uma coisa não se desculpem pela falta de resultados que vocês queriam à minha custa, não digam que fui eu que depois não fui lá prestar informações sobre a fiscalização. -----

Essas informações já tinham sido dadas, aliás deixem-me dizer uma coisa, não sei que informações é que queriam que fossem dadas nessa reunião tão importantes, que só essa é que eram capaz de produzir um é que eram capaz de produzir um Relatório com substância, não sei que perguntas é que vocês iam fazer sobre a fiscalização que só esses é que eram importantes para o Relatório. -----

Porque o estudo económico, e todos os estudos, e todos os documentos que nós enviamos não valem nada, nem uma linha escreveram sobre isso. -----

Portanto, Senhores Deputados, nomeadamente os que tiveram aqui intervenção do PS e o Senhor Deputado José Deolindo Caetano, vocês chegaram à conclusão que de facto foi um bom negócio que a Câmara fez,

que a empresa está a ter prejuízo, não se percebe, mas compreendo-vos, politicamente não podiam dizer isso, tinham que arranjar um bode expiatório, mas comigo não.” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Senhor Vereador Mário Duarte, eu dei-lhe o benefício da dúvida de não ter faltado à reunião por sua iniciativa, não vá fazer uma afirmação que eu disse que foi um bom negócio para a Câmara, continuo a dizer que foi um mau negócio para a Câmara. -----

Agora em vim aqui porque acho que já está mais do que discutido e é altura de avançar-mos por uma afirmação que fez. -----

A empresa não tem nada que facultar os seus Balanços, nem à Câmara, agora eu pergunto, faz parte do contrato que a empresa tem que dar uma verba que são 4% em Ermesinde, 2 7% em Valongo. -----

Como é que a Câmara sabe as verbas que a empresa dá? É porque a empresa gosta de dar? Como é que testa? Não é com as receitas que a empresa tem? Então manda as receitas, ou não manda? -----

Afinal é uma empresa privada, mas que manda as contas para a Câmara, também podia mandar para a Assembleia Municipal.” -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: -----

“Senhor Presidente da Câmara eu acho que lhe fica muito bem esta manifestação de autoridade, que não obriga nenhum funcionário fazer aquilo que, neste caso, a Comissão pediu. -----

Mas, a questão que se põe não é obrigar, o Senhor não tem que obrigar nem deixar de obrigar. -----

A Comissão pediu que fosse ouvido, que comparecesse na Comissão o Responsável pela fiscalização, o Senhor não tem que o obrigar, nem desobrigar. -----

Não está aqui uma questão de obrigar ou deixar de obrigar, as pessoas têm que estar disponíveis para ir prestar declarações quando lhes são solicitadas.

Senhor Vereador Mário Duarte, nós não posemos em causa que a Câmara forneceu, a questão que se põe aqui, no Relatório não diz que a Câmara não enviou informações que lhe pediram, nós apenas levantamos a questão de a Câmara não fornecer elementos relativos ao tempo gasto pelos fiscais na fiscalização do parqueamento, e foi isso que os Senhores não responderam. Porque já que não ofereceram essa informação, nós solicitamos que fosse o responsável para por outra via ficarmos a saber, e foi isso que a Câmara sonegou, não deu essa informação. -----

Dissemos, também, que a empresa concessionária não forneceu os elementos, que é verdade, que a Câmara também não forneceu elementos e não permitiu que o responsável da fiscalização lá fosse, também é verdade, nunca dissemos que não mandou aqueles documentos que estão nas cartas.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu só completava o que o Senhor Deputado Casimiro disse em relação a esta situação. -----

Este ofício que a Comissão enviou para o Senhor Presidente da Câmara foi no dia um de Junho, em que solicitava a presença de um responsável pela fiscalização, solicitava três pontos: as competências dos fiscais; as escalas de serviço, e o tempo gasto em cada uma das atribuições dos fiscais. -----
E é sobre este ofício que a Comissão se pronunciou no seu Relatório, não foi sobre aquele que o Senhor Vereador leu, foi sobre este, houve uma resposta por escrito, de facto o Senhor Presidente responde que todas as questões às quais se pretende informação deverão ser remetidas por escrito a fim de se providenciar a sua resposta. -----
Portanto, quando a Comissão neste Relatório refere que não teve informações foi sobre estes pontos solicitados.” -----
De seguida colocou à discussão o ponto 3.1 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano; -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----
“Esta Revisão do Orçamento tem a ver com o saldo de tesouraria que transitou para este ano, e não o saldo das Contas de Gerência, no preâmbulo não está bem esclarecido. -----
Mas é um saldo de tesouraria não um saldo das Contas de Gerência, porque o saldo das Contas de Gerência de 2008 teve um prejuízo, teve um saldo negativo, de 3 milhões e 600 mil. -----
A pergunta que eu faço, até às eleições a Câmara prevê ou não fazer mais alguma alteração ao Orçamento?” -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** respondeu não saber. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 3.1 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano; que foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo, treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, e quinze abstenções sendo, catorze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do grupo Municipal do BE. -----
De seguida colocou à discussão o ponto 3.2 Desafecção do Domínio Público de uma parcela de terreno, com área de 1330,00 m2, sita na Rua da Gestosa, freguesia de Campo; -----
O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** fez a seguinte intervenção: ---
“Este terreno é o terreno da Escola da Gestosa? -----
É a desafecção do domínio público, nada a obstar neste aspecto, só queria que o Senhor Presidente me esclarecesse se a Escola é para vender? -----
Porque aqui há um parágrafo que diz que é para vender ou trocar, e eu gostava de saber pelo seguinte: -----
Eu acho que a Câmara não deve fazer isso na medida em que há uma colectividade, em Campo, que é a Banda de Música que está com graves problemas por causa da sua sede. -----

Perto deste terreno há um talhão com vários metros que é da Câmara, esse talhão está disponível que é de uma urbanização, e pode passar por aí algum encaixe financeiro. -----

Esta escola é uma escola antiga, tem muitos anos, gostava de ver esta escola contemplada para essa associação, queria que o Senhor Presidente reconsiderasse e pensasse que esta escola é muito importante preservá-la, embora não saia do domínio da Câmara mas que lhe dê algum sentido. -----

A banda de Música tem uma escola que forma bastantes miúdos a custo zero, ainda agora houve a apresentação da época, penso que alguém da Câmara esteve lá e foi chamado à atenção para isso, entretanto foram lançados quatro ou cinco miúdos que muitos nos orgulha e orgulha Campo, porque é uma das colectividades mais antigas da Freguesia, e se calhar do Concelho. -----

Portanto, senhor Presidente, desde já fica aqui o meu pedido. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Sobre este assunto da maneira que está exposto à Assembleia, este terreno, a frase que lá está levantou-me algumas dúvidas, não gostei da frase, tentei saber o que era isto. -----

Essa de trocar ou vender, mas acho que ao propor isto à Assembleia Municipal já devia ter um fundamento, ou vai vender, ou vai trocar, assim conforme está. -----

Eu quis saber o que é que se passava e julgo, e é a minha interpretação desta proposta, e se estiver errado gostava que me corrigisse. -----

Aquilo que a Câmara pretende fazer, houve um loteamento junto a essa escola, que eu julgo que esse loteamento, se não estou enganado, pelas informações que eu colhi, que era do antigo Comandante dos Bombeiros de Valongo, que fez um loteamento e teve que dar uma parte de cedência, que é de Lei, para o domínio público. -----

Quanto eu julgo saber, já em 2006, alguém, outro loteador, estava interessado nesse terreno, mais precisamente em 15/05/2006, por isso propôs à Câmara a compra desse terreno. -----

Agora eu julgo que a Câmara pretende, embora não explicita bem na proposta que é apresentada aqui à Assembleia Municipal, o entendimento que eu faço da proposta da Câmara, o terreno que é de domínio público passa a ser incluído passa a ser incluído nos terrenos da escola, e depois forma só um artigo e vai vender ou trocar, como já tem uma proposta de compra julgo que é por aí que a Câmara vai avançar. -----

Eu não concordo, vou votar contra a proposta da Câmara porque isto não está bem esclarecido, e defendo aquilo que o Presidente da Junta de Campo defende, acho que devemos preservar o nosso património, julgo que há tantas Associações que não têm a sua sede para desenvolver as suas actividades. -----

Eu sei que a Câmara tem problemas, e este ano ainda mais problemas vai ter, financeiros, porque dá-me a entender que está a avançar com algumas obras sem ter receitas, isto é uma maneira de arranjar receitas, mas eu julgo que não é a melhor maneira. -----

As afirmações que eu fiz se estão correctas, gostava que isto fosse mais clarificado, concretamente a pergunta é esta: se a Câmara pretende juntar esse terreno que é de domínio público ao terreno da escola e vendê-lo ou troca-lo a um loteador qualquer? Se é isso que pretende eu irei votar contra a proposta da Câmara.” -----

O Senhor **Deputado Alfredo Costa Sousa** fez a seguinte intervenção: -----
“A escola em causa é uma escola primária lindíssima, eu acho que nós todos temos o dever de preservar o nosso património, sobre tudo aquela escola, e tendo em conta que uma Associação de muitos anos, que dá aulas de música, uma Associação que tem uma sede que não é própria para fazer esse trabalho, já tendo solicitado a cedência dessa escola para a sua sede. – Essa escola está ao abandono há anos, acho que nós devemos todos pensar muito seriamente, até porque eu acho que a três meses de uma eleições autárquicas é pouco ético trazer um ponto desta natureza aqui a esta Assembleia, penso que devemos todos defender as nossas Associações, que estão a fazer um trabalho público e a Câmara devia ter algum cuidado em ajudar essas Associações. -----

Por mim votarei contra este ponto, há aqui áreas em que não são muito claros, acho que os cidadãos de Campo se devem revelar contra estas medidas, que de facto estas medidas são contra as pessoas de Campo, é preciso que as pessoas de Campo pensem nisso, e como estamos muito perto de eleições penso que seria uma medida inteligente retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção: -----
“Não fazia intenção de intervir neste ponto, mas estaria à espera que o Presidente da Junta de Campo o fizesse. -----
De facto esta Assembleia Municipal tem dúvidas, parece que na Câmara todos os Vereadores ninguém tive dúvidas, porque foi aprovado por unanimidade. -----

Mas, não posso deixar de ser sensível às preocupações do senhor Presidente da Junta, que não são do Presidente da Junta de Campo, de certeza, serão de todos os Presidentes de Junta. -----

Porque se bem me lembro na intervenção lida pela Senhor Presidente da Assembleia, a intervenção do senhor Presidente da Junta de Sobrado, ele também referia isso, e dizia estamos a construir escolas novas e as outras bem serão precisas para outras funções. -----

Por isso o problema que o meu amigo Carvalho aqui traz é um problema muito premente, de facto não há aqui um esquecimento cabal por parte da Câmara Municipal, aquilo que fica no ar é que será efectivamente vender, e eu não conheço, mas sei bem do que se trata, e se estivesse no vosso lugar fazia exactamente a mesma coisa. -----

Pedir à Câmara Municipal se achar por bem, se for possível, que retire este ponto da Ordem de Trabalhos, se não eu votarei contra.” -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** fez a seguinte intervenção: ---
“Eu só queria aqui um esclarecimento que é o seguinte, isto é só

desafecção? Isto não é alienação? Porque alienação terá que vir aqui outra vez? -----

Quanto à desafecção não tenho nada contra, agora alienação é outra coisa, eu queria que ficasse bem esclarecido. -----

Porque aquilo que os nossos Vereadores votaram realmente por unanimidade, e na altura eu fui consultado para isto, para a desafecção, e falei efectivamente com a Vereação do PS, e neste sentido disso que não tínhamos nada contra a desafecção, agora alienação é outra coisa. -----

Se não volta à Assembleia, então, estava errado na altura, é que desafecção é uma coisa alienação é outra, se não tem que vir à Assembleia eu tenho as minhas reservas e voto contra. -----

Queria acrescentar o seguinte, é que estes 1.330 metros ficam colocados na parte traseira da escola, portanto este terreno só pode ser vendido com a escola incluída, não faz outro sentido, porque a escola tem que ir abaixo para alguém fazer ali um prédio. -----

Eu fazia uma proposta à Câmara se poderia, efectivamente, retirar este ponto, é essa a minha proposta se não terei que votar contra.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** retirou o processo referente ao ponto 3.2 Desafecção do Domínio Público de uma parcela de terreno, com área de 1330,00 m², sita na Rua da Gestosa, freguesia de Campo; -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** fez a seguinte intervenção: ---
“Só queria dizer, Senhor Presidente, muito obrigado pela sensibilidade que teve neste assunto, e gostaria depois se o Senhor Presidente assim o entender dialogar com o Senhor para se tentar encontrar outras soluções que levarão à mesma situação, e preservamos para os tempos vindouros este edifício.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 4. Eleição de um Representante no Conselho da Comunidade, de acordo com o disposto nos artigos 31º e 32º do Decreto-lei 28/2008, de 22 de Fevereiro; -----

Relativamente a este ponto foi proposto o nome da Senhora Idália Moreira Marques, sendo feita a votação para a sua eleição por escrutínio secreto, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: vinte e sete votos a favor; -----

Votos contra: três votos contra; -----

Abstenções: uma abstenção; -----

Votos em branco: um voto em branco. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 5. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ---
“Senhor Presidente da Câmara, em 5 de Fevereiro, não foi em 5 de Fevereiro, mas o Relatório que eu tenho aqui é de 05/02/2009, .o Senhor apresentou na Assembleia Municipal desse mês, o Relatório Financeiro da

Câmara Municipal. -----
Em que a dívida a curto prazo era do valor de 14 milhões 373.751, isto é uma dívida a fornecedores e empreiteiro, e já nessa altura este número era exagerado. -----

Hoje apresentou-nos outro Relatório, de 19 de Junho, em que essa dívida a curto prazo passou para 17 milhões 192.702,49. -----

A pergunta que eu faço é se o Senhor Presidente, com o problema, se calhar, do Senhor Presidente dizer que não sabe, em Outubro, mês de eleições, qual é que vai ser a dívida a curto prazo? -----

Porque por este andar, em Fevereiro ainda tinha alguma justificação porque as verbas transferida do Governo Central, as verbas que dizem respeito à Câmara através do IMI não entram logo no início do ano, tinha alguma justificação, embora o número exagerado não, em Junho depois dessas verbas já terem vindo do Governo Central, e a Câmara começar a cobrar receita, a dívida a curto prazo em vez de diminuir aumentou para 17 milhões 192. -----

Isto é preocupante, e faz-me recordar quando nós aprovamos as contas, em 2006 as contas de 2005, com aquele défice de 5 milhões, quase 6 milhões de défice negativo. -----

Isto com ano de eleições, e pelas contas que o Senhor Presidente nos apresenta aqui, por isso é que eu há bocado dizia que a Câmara tem dificuldades em arranjar receitas, mas não tem dificuldades em fazer obra mesmo que não tenha dinheiro para a pagar. -----

Por este caminho, Senhor Presidente, Valongo vai mal.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** fez a seguinte intervenção: -----

“Quando se faz obra, claro que é assim, que todas as Câmaras que fizeram obra, como por exemplo a Câmara de Gaia, a Câmara de Gaia fez realmente uma obra espectacular, tem uma dívida grande, a Câmara de Lisboa está com uma dívida grande, nós estamos com uma dívida grande mas a obra está. -----

Portanto sabe-se para onde foi o dinheiro, o Senhor preferia talvez que não se soubesse, e nestes dezasseis anos vê-se a obra que fiz, mudei o Concelho, fiz obra, e estive sempre nesta situação, sempre com dívida, sempre com obra.” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Senhor Presidente eu acredito na sua vontade de mudar o Concelho, aquilo que eu estou a falar, estou a falar de uma dívida a curto prazo, e estou a falar de dívidas a fornecedores, estou a falar de refeições das cantinas, do papel que a Câmara gasta, é dessa dívida que eu estou a falar, são 4 milhões 897, dívidas a fornecedores, que a empreiteiros até é menos, até é 1 milhão 440. Mas estou a falar de dívidas a fornecedores, não estou a falar de dívida de obra, é disso que estou a falar e queria que o Senhor Presidente fosse mais rigoroso na resposta que me deu.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**

colocou à votação a admissão do Voto de Reconhecimento Público anexo à presente acta como Doc.4, sendo admitido por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Estou totalmente de acordo com aquilo que é proposto, conheci o Senhor Presidente da Junta de Sobrado recentemente, há quatro anos que o conheci, pessoalmente tenho a melhor estima, e julgo que ele também nutre por mim essa estima, não tenho nada a opor a este Voto. -----

A única coisa que eu propunha que esse Voto fosse aprovado em minuta.” ---

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“Se há razões, ou se há motivos, em que nós nos devemos sentir satisfeitos e orgulhosos por participar-mos em algo, a votação que se vai seguir está incluída nesse momento. -----

Sinto-me particularmente feliz de poder votar favoravelmente esta proposta, não só por aquilo que o Senhor Presidente da Junta, meu amigo Monteiro, desenvolveu a favor desta freguesia ao longo dos anos que tem sido Presidente da Junta, mas também, por aquilo que lutou e desenvolveu, e ajudou a desenvolver, antes de ser Presidente da Junta. -----

Deve-mos ser nós, e eu conheço esse trajecto, o Senhor Monteiro antes de ser Presidente da Junta já era um intransigente defensor de Sobrado e das suas gentes. -----

Portanto, parabéns Senhor Monteiro, e continue dentro das suas possibilidades nessa luta por este bom povo.” -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: -----

“O PS está naturalmente de acordo com este Voto de Reconhecimento Público, apresentado ao Senhor Presidente da Junta de Sobrado. -----

Não sei se é assim que devia ser feito, se tinha outro formalismo que devia ser seguido, mas também pouco interessa, o que interessa aqui é reconhecer e manifestar publicamente o reconhecimento da dedicação de um Homem que, apesar de todas as contrariedades, todas as condições adversas com que tem trabalhado na Junta, nunca virou a cara ao sacrifício que isto lhe exigia, é um Homem que sem dúvida alguma vai ficar na história desta freguesia. -----

Por isso o PS congratula-se com este Voto e reconhece que bem o merece.”

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a aprovação do Voto de Reconhecimento Público anexo à presente acta como Doc.4, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à votação a aprovação em Minuta do Voto de Reconhecimento Público anexo à presente acta como Doc.4, sendo aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à votação o prolongamento da reunião, sendo aprovado por maioria a continuação da reunião com vinte e oito votos a favor e quatro votos contra. -----

De seguida colocou à votação a admissão da Moção anexa à presente acta como Doc3, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“esta Moção que o Grupo Municipal do PSD traz aqui hoje, deve estar a ser apresentada em todas as Assembleias Municipais da Área Metropolitana, provavelmente em todas as Assembleias Municipais da Região Norte, vem no seguimento de acusações do Dr. Rui Rio, Presidente da Junta Metropolitana, sobre a questão das verbas que estão a ser aplicadas, naquilo que se chama de efeito de difusão. -----

Só há aqui um problema, eu não vou votar favoravelmente esta proposta por uma razão simples, é que as acusações do Dr. Rui Rio não têm suporte na realidade, não é verdade o que ele está a dizer. -----

Portanto, votar aqui, deliberar aqui, apoiar, de forma veemente a posição da Junta Metropolitana do Porto, eu julgo que é incorrecto, porque isto parte de uma premissa errada, aliás esta questão devia ser bem explicada pelo PSD:

Porque é assim, p que acontece é que no âmbito do QREN, estamos a falar do maior pacote financeiro desde que fazemos parte da União Europeia, no âmbito do QREN foi contemplada esta possibilidade, é uma excepção aos investimentos, regra geral aquelas verbas é para zonas que estão a baixo dos 75% do PIB per capita, portanto Lisboa está fora, não é só Lisboa, mas por sugestão da própria Comissão Europeia, aprovado em Colégio de Comissários, isso não foi negado pelo Dr. Rui Rio, surgiu esta excepção daquilo que são chamados os investimentos com efeito de difusão no resto do território. -----

Se por exemplo, eu sou insuspeitíssimo, sou regionalista, defendo a regionalização, defendo a região norte, defendo o máximo de verbas para a nossa região, agora não sou cego, e portanto o País é um todo e temos que ver o País dessa forma. -----

Por exemplo, nós estamos agora confrontados com esta infeliz questão da Gripe A H1N1, em Portugal o Laboratório, há mais laboratórios, aquele que de facto tem importância, desde logo o Laboratório do Instituto Nacional Ricardo Jorge, está em Lisboa, é um equipamento Nacional, está em Lisboa fruto de opções, o País de facto é muito centralizado em Lisboa, o que é certo é que há uma série de equipamentos que estando centralizados em Lisboa, alguns dos investimentos, isto por um lado, por outro lado naquilo que são as aquisições de produtos e serviços, mesmo feitas fora da região de Lisboa, contabiliza para efeitos de difusão. -----

É obvio que nós não vamos deixar de apoiar esse tipo de equipamentos, porque são equipamentos que têm uma função nacional, obviamente que estão em Lisboa. -----

Aquilo que o Dr. Rui Rio está a fazer, eu percebo numa óptica política, é exactamente criar aqui uma mensagem pública dizendo que há um desvio e ele fala em 1.500 milhões de euros, mas fala mais, diz que pode ir aos 11.000 milhões de euros, de desvio por via deste mecanismo. -----

Isso é uma mentira, por uma razão simples, basta consultar os boletins regulares do QREN, o último de 31 de Março deste ano, é muito claro dos três programas que existem no QREN, designadamente no Programa

Operacional Factores de Competitividade, e Programa Operacional Potencial Humano, aquilo que são as verbas desviadas com base neste mecanismo, estamos a falar de um mecanismo que é legal, proposto, existe, é respectivamente 2,2% do Programa Operacional Factores de Competitividade, e 0,1% do Programa Operacional Potencial Humano. -----

É bom que se diga, este ano que terminou, 2008, é o ano em que entrou em velocidade de cruzeiro a injeção de capital na região, neste ano o QREN sobe mais de 8.000 milhões de euros que esta região vai receber até 2013, até ao final do ano passado, dados da Comissão de Coordenação, estão comprometidos cerca de 24%. -----

Portanto, isto está a andar bem, o Dr. Rui Rio neste momento, percebe-mos, estamos em pré campanha, e o Dr. Rui Rio teve que encontrar um artifício para reivindicar um prejuízo para a região, isto é óbvio, entende-se no enquadramento da pré campanha que está em curso, agora não é uma verdade. -----

Portanto eu não vou alinhar numa mentira, só porque aparentemente, e é de facto a Moção, isto vai ser discutido na Assembleia Metropolitana, porque aparentemente temos aqui um texto bem redigido, não alinho porque não é uma verdade, aliás até é de estranhar num Partido que tem um Slogan de Política de Verdade alimente uma mentira deste género. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria dizer Senhor Deputado parabéns porque este mês o Senhor já mereceu o vencimento, por vir aqui defender o Governo. -----

Mas queria dizer uma coisa, isto efectivamente é complicado fazer-mos estas Assembleias em Centros Culturais, porque depois temos que aturar aqui alguns saraus, que são efectivamente complicados. -----

O Senhor Deputado há bocado veio citar o padre António Vieira, agora veio falar do Dr. Rui Rio, Senhor Deputado se calhar vou ter que ler a Moção. -----

Não fala em lugar nenhum do Dr. Rui Rio, se o Senhor quer dar-lhe esse destaque, ou se só leu pelos jornais as críticas da concorrente do Dr. Rui Rio, efectivamente isso é pouco. -----

Eu gostava, apesar daquele elogio faccioso que o Senhor fez, e é faccioso porquê? Porque o Senhor não leu. -----

O Senhor fala de 11.000 milhões de euros, que podia ir até aí, eu já procurei aqui na Moção, nós não falamos aqui em lado nenhum até quanto é que pode ir, nós falamos de factos. -----

O Senhor trouxe aqui à coacção o Instituto Ricardo Jorge, foi bonito e eu acho que esse esforço lhe fica bem. -----

Mas a verdade é que para estes 1.500 milhões de euros, eu tenho aqui outros dados, por exemplo website da PSP de Lisboa, o site da Internet da PSP de Lisboa, portanto acho que o fazer um site novo para a PSP de Lisboa tem efectivamente um efeito de difusão sobre o País inteiro, e, portanto nós todos vamos ficar muito melhor, porque o Governo decidiu retirar-nos dinheiro que devia ser investido no Norte de Portugal, para ir fazer um novo website para a PSP de Lisboa. -----

E os outros: Modernização Administrativa da Policia de Segurança Pública de Lisboa, Instituto de Reabilitação Urbana e da Polícia Judiciaria, 300 milhões de euros, é disto que estamos a falar. -----
Portanto, eu não sei quanto é que com o efeito de difusão vai cá chegar, mas Senhor Deputado meter aqui a questão do Instituto Ricardo Jorge ficou-lhe bem. -----
O problema é que nós temos factos claros, enunciados e que tem a ver com obras que são efectivamente só desculpas para voltar a continuar a fazer o investimento em Lisboa. -----
Devo dizer outra coisa pensei efectivamente que essa sua costela de, o Senhor hoje em dia passa mais tempo em Lisboa do que cá, mas pensei que isso não era contagioso, deixe-me dizer-lhe que os seus companheiros Presidentes de Câmara da Junta Metropolitana votaram a favor da proposta, votaram todos a favor desta questão.” -----
O senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção: -----
“Falando a sério sobre estas coisas de facto há pouco pareceu-me que estávamos na Assembleia da República e não na Assembleia Municipal. -----
Continua-se a defender, a confundir Poder Local, com cores partidárias, com defesa de cores partidárias. -----
No Poder local é sempre o nosso vizinho que está do outro lado, o nosso amigo, é alguém que do outro lado tem um rosto, e que sofre, e que sente o efeito das nossas acções, das nossas atitudes. -----
Aqui continua-se a esgrimir argumentos entre PS e PSD, muito bem não é isso que diz nada às pessoas lá fora, diz muito mais que o nível de desemprego no norte é muito maior do que no sul, ou na zona de Lisboa, Lisboa está a 120% da média Europeia, nós estamos a pouco mais de 70%, diz mais que os colarinhos brancos, que os Ministérios, que as Secretarias de Estado, que os Ricardos Jorge, todos esses institutos, que queriam milhares e milhares de empregos pagos pelo erário público, estão todos em Lisboa, e no norte é as fábricas que fecham, o desemprego é cada vez maior, e os nossos filhos estão mal. -----
Por isso é duro ver alguém que está numa Assembleia Municipal, que já foi candidato à Câmara Municipal de Valongo, estar tão preocupado com a defesa do Governo, e não estar preocupado com a sua região, não estar preocupado com a defesa dos postos de trabalho, não estar preocupado com a injustiça que é cometida neste tipo de investimentos, é sempre assim. -----
Não é só o Governo que faz isso, há outros organismos, a Câmara Municipal também não é isenta disso, Ermesinde leva muito, ou Valongo leva muito porque os outros são mais pequeninos e não têm tantos votos, isto é um mal geral, mas é um mal que nós temos de denunciar, e que nós temos que defender, e temos que ter a coragem aqui de dizer as coisas. -----
Agora não andemos a defender aquilo que não é a nossa causa, que a nossa causa aqui é a nossa gente, é a população, é os nossos filhos é o futuro da nossa terra, e isto eu votarei esta Moção porque isto é uma tremenda injustiça que estão a fazer com o norte, connosco. -----

O Senhor Deputado **José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu pedi para falar para defender o meu nome. -----

Eu não tenho, há muita coisa que nos divide, há muita coisa que nos une, o Deputado João Paulo Baltazar costuma dizer que eu passo muito tempo fora de Valongo, é verdade, eu desempenho um cargo nacional com muito orgulho, acho que a terra fica orgulhosa quando os seus desempenham funções de âmbito nacional, penso eu. -----

Portanto é bom que fique clarificada essa situação, porque fui alvo desse tipo de observações. -----

O Senhor Presidente de Junta de Alfena, que eu estimo, temos muita coisa em desacordo, eu percebo a sua posição, mas eu não posso confrontado com um texto que diz, que termina, porque a parte fundamental destas Moções é a conclusão, é o que está proposto, «A Assembleia Municipal de Valongo, reunida no dia 29 de Junho de 2009, em Sobrado, delibera apoiar de forma veemente a posição da Junta Metropolitana do Porto no sentido de defender que os meios financeiros que foram atribuídos à Região sejam nela, de facto, aplicados no respeito escrupuloso do principio da convergência». ---

Eu não conheço nenhuma denúncia que demonstre cabalmente que os mais de 8.0000 milhões, e já estão afectos 24%, não estejam a ser cumpridos de forma cabal. -----

Portanto se não há nenhuma denúncia, se não há nenhuma verdade no contrário disto, eu não posso votar isto. -----

Há aqui uma diferença, em já, as pessoas em Valongo conhecem-me conhecem as minhas posições, já fui candidato a Presidente da Câmara, sou Autarca há uns anos, tenho muito orgulho nisso, agora não tenho é uma visão paroquial da politica, há coisas que nos dividem e há coisas que nos juntam. -----

Agora nós não podemos estar permanentemente com este tipo de artifício, norte sul, centro sul, sul Lisboa, porque isto não faz sentido, isso é visão paroquial. -----

Neste momento a questão de fundo, e chegamos finalmente e um entendimento, percebe-se que nós só lá vamos, nós só damos o salto, se caminhar para um patamar superior, que é criar uma região, hoje estamos todos de acordo, há poucos anos o PSD não estava de acordo, mas hoje estamos de acordo que é preciso dar esse passo, toda a gente reconhece, temos que de uma vez por todas caminhar para a regionalização.

Portanto, porque isso explica muito dos nossos atrasos, estar permanentemente com uma visão paroquial não serve rigorosamente ninguém, nem serve os interesses da região, isso é a visão Calimero, o Porto sempre de mão estendida, eu devo-lhe dizer uma coisa, aqui nesta região vive um terço da população Portuguesa, aqui nesta região estão 50% das empresas Portuguesas, aqui nesta região estão 42% das exportações nacionais, isso revela o peso que a região tem. -----

Eu acho que clarifiquei aquilo que quis dizer, a minha posição, quem tem que

clarificar a posição é a Presidente do seu Partido que é contra a regionalização.” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----
“Eu ia dizer que me dava um prazer ver o Bloco Central tão zangado, mas não me dá prazer nenhum, porque estamos a falar de verbas para a região. – O que está aqui julgo que qualquer Autarca está de acordo com o que aqui está, ou seja, pedir verbas para esta região. -----

O que eu gostava, é que quando nas discussões do Orçamento de Estado, quando o meu Partido o PCP apresenta alterações ao PIDAC, e falamos aqui já dos Centros de Saúde e das Esquadras de Polícia, normalmente aparece essas verbas, os Deputados discutem com nós aquilo que a gente pensa que faz falta a este Concelho, e apresentamos os Centros de Saúde, apresentamos as Esquadras de Polícia, para incluir no Orçamento de Estado, o Bloco Central vota sempre contra essas propostas. -----

Estamos a falar de verbas para esta região, e de equipamentos para esta região. -----

Até esta Assembleia Municipal, e esta Câmara, e este Concelho, teve, e tem, um já não é Deputado porque foi para outras funções, mas tem um Vereador que é Deputado, ou seja, neste mandato este Concelho teve dois Deputados. Quando é para votar Orçamento de Estado, onde está lá propostas de verbas incluídas para o nosso Concelho, o Bloco Central é contra o PCP, e contra outras forças, vota sempre contra, não se preocupa com essas verbas para o concelho de Valongo. -----

Estas verbas do QREN, nós ouvimos todos os dias, uns dizem que foi 13%, que há concurso para 13%, outros dizem que é 17%, outros puxam mais um bocadinho vão até 22%, mas essas verbas toda a gente já viu que até 2013, que o Estado Português não as vai gastar, porque nem tão pouco lançou concursos para usufruir destas verbas dp QREN. -----

Depois também não consegui perceber, eu percebo que também leio o jornal, e ouvi ultimamente o Dr. Rui Rio a falar sobre estas coisas, mas aquilo que está no texto foi a Junta Metropolitana do Porto que decidiu por unanimidade. Ou seja, o Bloco central decidiu por unanimidade pedir verbas para esta região, não vejo mal nenhum, é por a proposta ser do PSD, se fosse do CDS também votava favoravelmente, vai de encontra daquilo que deve ser, coisas que sejam boas para o nosso Concelho, e para a região norte. -----

Quando aqui se fala que o norte contribuiu com quase 50% do Produto Bruto para este País também deve ser ressarcido desses dinheiros, são impostos que saem dessas riquezas, são impostos que saem para Lisboa, e depois de Lisboa fazer a sua distribuição devem fazer conforme aquilo que é produzido, e o norte é a região do País que mais produz. -----

Eu percebo as reservas políticas do Deputado José Manuel Ribeiro, mas contra um texto em que aquilo que se defende é verbas para esta região.” ----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a Moção anexa à presente acta como Doc.3, que foi aprovada por maioria com trinta votos a favor, sendo treze votos a favor do Grupo Municipal do PS, doze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um

voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do Grupo Municipal do BE, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, e um voto contra do Deputado José Manuel Pereira Ribeiro. -----

No momento desta votação encontrava-se ausente da sala um Deputado do Grupo Municipal do PS, pelo que só votaram trinta e um Membros. -----

De seguida colocou à votação a admissão a Proposta anexa à presente acta como Doc.5, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu tenho uma experiência muito má sobre comissões, porque há sempre forças de bloqueio que impedem o seu funcionamento. -----

Já foi constituída aqui uma Comissão para acompanhamento dos Bairros Sociais, mais outras coisas, essa Comissão chegou ao fim, fez trabalho, mas não produziu absolutamente nada, a Câmara não foi muito sensível, ou quase nada, aos resultados dessa Comissão. -----

Aqui há tempos foi apresentada, também aqui uma proposta de Comissão de Acompanhamento do PDM, eu na altura entendi e defendi, que o mais razoável e mais útil, seria não constituir uma Comissão, mas a equipa que está a elaborar o PDM reunir periodicamente, de três em três meses, com a Assembleia Municipal para prestar esclarecimentos. -----

O compromisso foi assumido pelo Senhor Presidente da Câmara, está em acta, e solenemente afirmou que intercederia junto dessa equipa que está a elaborar o PDM, para vir cá de três em três meses. -----

Acontece que veio em Janeiro, não trouxe nada, e queria saber o que nós pensávamos que devia ficar no PDM, portanto até Janeiro não tinha produzido absolutamente nada que fosse útil. -----

De Janeiro até agora, já passaram cinco meses, ainda não houve nenhuma reunião com os Membros da assembleia Municipal, eu penitencio-me perante o BE, porque contraírei essa posição e hoje estou arrependido, devia ter defendido a constituição da Comissão, talvez produzisse melhor efeito e nós soubéssemos como é que vai a elaboração do PDM. -----

Foi, também, constituída a Comissão para Parqueamento e foi o desastre que se viu. -----

De maneira que eu pelo sim, pelo não, defendo a constituição da Comissão porque alguma coisa se há-de fazer e por a nu aquilo que a Câmara não faz.”

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“esta proposta com certeza ninguém aqui negará a evidência a que se refere esta proposta, e a preocupação que nos traz a todos, que é a questão dos incêndios no nosso Concelho. -----

O BE esforça-se por trazer sempre aqui à Assembleia questões que têm a ver com o interesse do Concelho, e que tem a ver acima de tudo com a capacidade com que esta Assembleia deve ter na intervenção do Concelho. –

Em relação àquilo que o Deputado Casimiro falou a Assembleia Municipal faz o seu trabalho, faz as recomendações, faz as propostas, a Câmara depois é

que tem essa responsabilidade de levar à prática aquilo que esta Assembleia recomenda. -----

Fico satisfeito em reconhecer que o BE tinha razão quando apresentou a Comissão de Acompanhamento do PDM, porque de facto já o tinha feito na questão do Acompanhamento dos Bairros Sociais, e que se fez um relatório que foi discutido, que foi aprovado, só que a Câmara não fez aquilo que deveria ter feito, como aconteceu agora na Comissão dos parquímetros. -----

No entanto é responsabilidade desta Assembleia participar na actividade do Concelho e fiscalizar o trabalho da Câmara. -----

A função desta Comissão, e porque estamos em fim de mandato, e vamos atravessar nesta altura o período de maior incidência de incêndios, é de facto reunir com as entidades que estão com a responsabilidade de atacar e de se preocupar com os incêndios no nosso Concelho. -----

Portanto, acompanhar as medidas de execução no combate aos incêndios e reunir com a entidade que coordena o combate aos mesmos incêndios, nós temos a responsabilidade de proteger a área florestal mais densa da Área Metropolitana do Porto, 55% da área florestal de toda a Área Metropolitana está em Valongo, portanto temos aqui uma responsabilidade acrescida, não só de defender o nosso concelho mas também defender esta mancha, que é uma grande riqueza que temos que temos no nosso Concelho. -----

Poderão vir dizer que é tarde, pensamos que nunca é tarde, de facto ainda vamos a tempo, a incidência dos incêndios vai começar agora, e esta Comissão as duas ou três reuniões que irá fazer com a entidade que coordena o combate aos incêndios trará com certeza resultados positivos, tanto em termos do incentivo a esta entidade, como também levar ideias que possam enriquecer o trabalho de combate aos incêndios no nosso Concelho.”

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a seguinte intervenção: --
“Isto, muitas vezes há modas, seja na juventude, normalmente, com bandas de música, com modas de roupa, aqui nesta Assembleia agora temos a moda das comissões. -----

O Senhor Deputado José Manuel ribeiro veio aqui falar, isto é um direito que nos foi atribuído e a capacidade de podermos fiscalizar a actividade, eu não vejo as coisas desta forma. -----

Nós não podemos querer comissões gratuitamente, nós temos que fundamentar a nossa actividade no seio desta Assembleia, porque se vamos banalizar as Comissões estamos a danificar muito esta Assembleia Municipal, e os nossos Órgãos Autárquicos. -----

Eu acho que os nossos Órgãos Autárquicos merecem o maior respeito, porque se vamos criar comissões para tudo, para nada, e não estou a dizer que os incêndios não são uma coisa importante, porque são, mas não podemos criar comissões por tudo e por nada. -----

Porque as comissões são de facto armas de relevo, são de facto uma possibilidade que esta Assembleia tem de uma intervenção relevante junto da Câmara Municipal, mas se vamos estar a tornar isto o prato do dia estamos nós a perder relevância. -----

Tudo isto para dizer o seguinte, esta Assembleia Municipal merece melhor respeito, isto é uma proposta, porque diz aqui que é uma proposta, mas isto não é uma proposta para a criação de uma comissão, isto é injustificável, já foram tantas as propostas de comissão que ainda não temos o prazer de ter uma proposta formalmente bem elaborada. -----

Não temos prazo para esta comissão, não temos objectivos, o Senhor Deputado, António Monteiro, veio dizer que vamos fiscalizar, mas o quê, eu não estou aqui a ver objectivos, não estou aqui a ver a finalidade desta comissão, estou a ver que esta comissão vai acompanhar a implementação de medidas de combate aos incêndios. -----

Isto não diz nada, eu acho que nós merecíamos maior respeito, e depois em questão de conteúdo, medidas preventivas em Julho? Que começa daqui a dois dias? Vamos querer reunir com os agentes relevantes para os combates a incêndio quando eles mais são necessários no terreno? Vamos estar à espera que eles tenham agenda para reunir connosco? -----

Eu sinceramente acho que os incêndios, muito no nosso Concelho tem todo o relevo, sinceramente acho que são uma matéria fundamental para nós, mas tem que haver aqui algum cuidado, qual é o efeito prático desta comissão?" --

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção: -----
"Acho que não podemos meter tudo no mesmo saco, não se pode falar da Comissão de Acompanhamento dos Empreendimentos de Habitação Social da mesma forma na última Comissão, penso que todos farão o favor de reconhecer, porque já o reconheceram anteriormente que essa Comissão fez um bom trabalho, um trabalho sério, e não custa reconhecer que há muito ainda a fazer nos Empreendimentos de Habitação Social, mas que muita coisa foi feita entretanto por sugestão do relatório apresentado por essa comissão. -----

De facto eu entendo perfeitamente as preocupações do Monteiro, porque são as preocupações de todos nós, mas também temos que ter cuidado com estas coisas, e eu acho existe um Conselho Municipal de Protecção Civil, onde já está um representante desta Assembleia Municipal. -----

Com certeza vamos a esse representante, desta Assembleia Municipal, que está nesse Conselho Municipal, e vamos lhe levar as nossas preocupações, e vamos-lhe dizer quais são as nossas preocupações, que ele seja o nosso porta voz, foi para isso que nós o elegemos. -----

Portanto nós já estamos representados neste campo, e acho que deve-mos mostrar-lhe as nossas preocupações, e querer um fide back do que está a ser feito em cada momento. -----

Por isso eu considero desnecessária a formação desta comissão, para além de todas as outras questões que o Daniel acabou de colocar, mas não considero desnecessárias as preocupações, essas têm que se manter, temos todos que as ter, mas não é com esta comissão que eu penso que nós vamos resolver esses problemas. -----

Por isso irei votar contra a formação desta comissão."-----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Relativamente a esta proposta eu também não estou muito de acordo, não com a proposta em si, mas se calhar com o timing da apresentação desta proposta. -----

Porque estamos a três meses de eleições, e francamente não vejo qual será, e com as limitações têm neste Município, não estou a ver, e já começa a ser muito repetitivo os custos, na voz de alguns Membros deste Assembleia, que esta Assembleia tem para o Município, deviam se preocupar com outros custos, com a gama dos automóveis, mas preocupam-se com uma senha de presença, e quando não têm mais argumentos, vêm com os argumentos que esta Assembleia quando desempenha o seu trabalho político. -----

Mas aquilo que eu queria chegar, e já que o Dr. Arnaldo falou, já existe uma comissão de prevenção e de segurança no Concelho onde esta Assembleia está representada, francamente essas comissões é a letra que está na Lei, comissões e mais comissões, e se formos ver, ainda hoje elegemos mais uma pessoa para uma comissão, e os frutos não da pessoa, mas da própria comissão em si, os frutos não funcionam. -----

Mas há uma questão que eu gostava de abordar relativamente aos incêndios, já aqui foi dito que o concelho de Valongo tem 55% de área florestal de toda a Área Metropolitana do Porto. -----

Também existe na Lei um corpo em que as Câmara participavam nesse corpo para atacar, e fazer a prevenção dos incêndios, tanto quanto eu sei a Câmara de Valongo mesmo tendo essa extensão de área florestal nunca criou o corpo, porque diz a Câmara, julgo que não estou a errar, não tem meios financeiros para criar esse corpo, não era bem guardas florestais, bombeiros sapadores julgo que é essa a terminologia, mas a Câmara tem dificuldades em cumprir isso porque não tem dinheiro. -----

Esta floresta do nosso Concelho, que é a maior riqueza que este Concelho tem, deve ter a nossa atenção, a minha dificuldade é esta para votar isto, é qual vai ser, neste caso a três meses de eleições, qual vai ser a prática. -----

Mas, eu defendo, que pelo menos, que esta Assembleia devia chamar os responsáveis pela Protecção Civil do Concelho, com duas ou três sessões, questionar esse organismo, para ver se esse organismo se mexe mais, pelo menos isso, não da comissão de acompanhamento, mas pelo menos termos algumas sessões com esse Órgão, e já agora com esses bombeiros sapadores para a gente perceber qual é o trabalho deles. -----

Acho que pelo menos essas sessões devem ser feitas, relativamente à comissão, francamente, eu tenho nesta altura tenho muitas dificuldades em votar favoravelmente esta proposta.” -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez um Requerimento à Mesa para se proceder à votação da proposta. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a Proposta anexa à presente acta como Doc.5, sendo reprovada por maioria com dezassete votos contra, nove abstenções e cinco votos a favor. -----

No momento desta votação encontrava-se ausente da sala um Deputado do

Grupo Municipal do PS, pelo que só votaram trinta e um Membros. -----
De seguida colocou à votação a admissão da Recomendação anexa à
presente acta como Doc.6, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado António Fernandes Correia Monteiro** fez a seguinte
intervenção: -----

“Eu só queria falar sobre, os dados que eu tenho aqui são dados das
entidades competentes que fazem este trabalho de estimativas, se as fontes
que o Senhor Vereador não consulta, sinceramente, faz-me lembrar um jogo
de futebol em que cada um vê na sua televisão, e um diz que é fora de jogo e
outro diz que não é. -----

Queria dizer que em relação à semana da mobilidade, nós dizemos aqui
muito claramente, Câmara Municipal de Valongo, isto é no âmbito da semana
europeia da mobilidade, portanto não é para fazer crer que o BE não se
refere à semana europeia da mobilidade. -----

Isto está no âmbito também das preocupações climáticas, e aliás a CCDRN
vai propor, isto é conhecido, vai propor restrições ao tráfego derivado ao
agravamento das alterações climáticas que se está a verificar na nossa
região. -----

O Senhor Vereador esqueceu-se de dizer quando se referiu, quando se disse
que o Senhor Deputado deveria participar mais, o Senhor Vereador
esqueceu-se de dizer que esta Câmara aderiu há dois anos ao dia europeu
sem carros, ou à semana da mobilidade, como queira chamar, porque o BE
apresentou uma recomendação nesta Assembleia, que foi aprovada, para
recomendar à Câmara Municipal, é isto que o Senhor Vereador devia ter dito.
Há quanto tempo é que esta Câmara não aderiu a esta situação? Acha
melhor participação do que esta que eu tive? Acha que há melhor
participação do que o BE apresentar uma recomendação e preocupar-se com
estas questões?” -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** fez a seguinte intervenção fez a
seguinte intervenção: -----

“Há uma coisa que eu queria dizer, de facto os interveniente aqui são
pessoas extremamente pacientes, têm paciência que eu não teria, porque há
interrupções e há graças, e a graça tem lugar e não é propriamente aqui na
Assembleia. -----

Por isso acho que a Senhora Presidente, e desculpe o reparo, deveria ter
uma intervenção mais forte, porque há coisa que não abonam nada em favor
desta Assembleia. -----

Depois queria também dizer, e porque de facto estamos na semana europeia
da mobilidade que devemos ter uma grande preocupação com a mobilidade.

O dia europeu sem carros, nós a determinada altura já discutimos isto, e não
me pareceu que fosse muito viável a concretização deste projecto, mas acho
que a Câmara Municipal deve, em conjunto com a Assembleia, desenvolver
alguma iniciativa de forma a sensibilizar tudo e todos para a mobilidade. -----

Eu a começar pela Junta de Freguesia de Alfena tenho sentido uma enorme
dificuldade em ter mobilidade dentro da Junta de Freguesia. -----

Por isso acho que é um tema extremamente importante, que algo deve ser feito, deve ser uma preocupação quanto ao dia europeu sem carros, eu acho que isso em determinada altura já ficou mais ou menos provado que não seria fácil de concretizar. -----

Por isso não terá o meu voto favorável, esta recomendação.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a Recomendação anexa à presente acta como Doc.6, que foi aprovada por maioria com treze votos a favor sendo, onze votos a favor do Grupo Municipal do PS, um voto a favor do Grupo Municipal da CDUe um voto a favor do Grupo Municipal do BE, e dezasseis abstenções sendo, treze abstenções do Grupo Municipal do PSD, uma abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, uma abstenção do Deputado Arnaldo Pinto Soares e uma abstenção do Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas. -----

No momento desta votação encontravam-se ausentes da sala três Deputados do Grupo Municipal do PS, pelo que só votaram vinte e nove Membros. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 3.1 e 3.2 que foi aprovado por unanimidade. -----

Nada mais havendo a acrescentar deu por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____